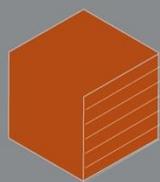




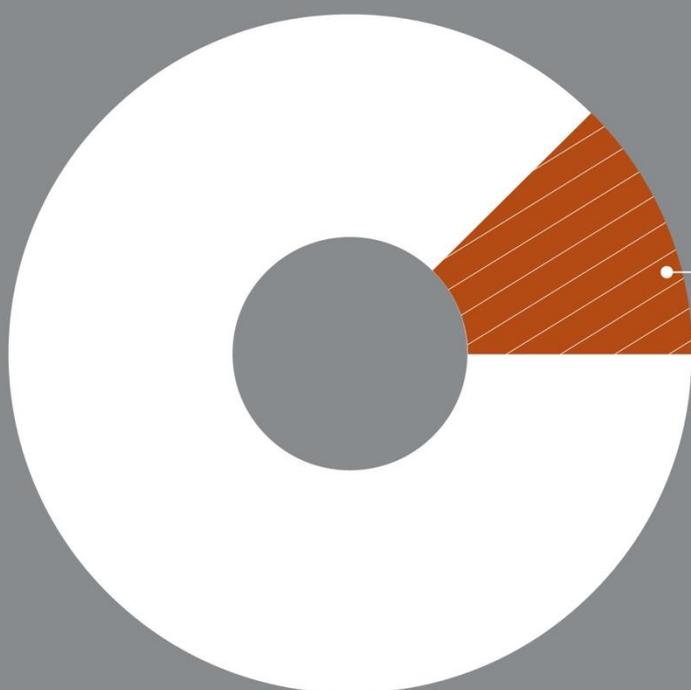
Relatório Anual
de Informações

2019

IcatuFMP



Aproveite **12%**
do Benefício Fiscal
e ganhe de **três**
maneiras diferentes.



12%

Primeiro,

porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

segundo,

porque com uma base de cálculo menor, você tem menos imposto a pagar.

e terceiro,

porque o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.

Para mais informações, entre em contato com o nosso **Centro de Relacionamento** através do telefone **0800 285 3004**.

Relatório do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado





Índice

- 5 MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
- 6 ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP
- 7 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
- 8 SÍNTESE ICATUFMP
- 9 PANORAMA ECONÔMICO DE 2019

Resultados da Entidade em 2019

- 19 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE
- 51 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 53 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 54 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Resultados do Plano em 2019

- 56 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO
- 58 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
- 59 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 60 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 64 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- 65 GLOSSÁRIO
- 67 ANEXO PARECER ATUARIAL

Mensagem da Diretoria

Caro participante,

O Icatu Fundo Multipatrocinado (IcatuFMP) apresenta a seguir o seu Relatório Anual 2019. Por meio deste documento você terá acesso, com toda transparência, ao desempenho, resultado dos investimentos, situação patrimonial, despesas administrativas e situação atuarial de seu plano de previdência.

Este ano o IcatuFMP completa 24 anos e segue com o propósito de proteger o presente dos nossos participantes e ajudá-los no planejamento do futuro, proporcionando melhor qualidade de vida na aposentadoria.

Alcançamos a importante marca de R\$ 2,6 bilhões de valor em patrimônio administrado, com a gestão de 39 planos, encerramos o ano de 2019 com 68 patrocinadoras e mais de 33 mil participantes. Guiados pelo profissionalismo, continuamos trilhando um caminho sólido, cumprindo um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Agradecemos aos nossos colaboradores, patrocinadoras e a todos os nossos participantes pela confiança em nosso trabalho e ratificamos o nosso compromisso com cada um de vocês.

As informações contidas neste documento estão disponíveis exclusivamente em formato digital e podem ser acessadas – em versões completa e resumida – na “Área do Cliente” no site www.icatuseguros.com.br

Boa leitura.

Administração do IcatuFMP

DIRETORIA EXECUTIVA

Sergio Egidio

Diretor Superintendente e AETQ

Luciano Snel Córrea

Diretor Financeiro

Márcio Santiago Câmara

Diretor Administrativo e ARPB

Alexandre Petrone Vilardi

Diretor Operações

CONSELHO DELIBERATIVO

Representantes Patrocinadores Fundadores

Luciana da Silva Bastos (Presidente)

Márcio de Moraes Palmeira (Suplente)

Greicilane Ruas Martins de Queiroz (Titular e Vice-Presidente)

José Fiel Faria Loureiro (Suplente)

Bernardo Dieckmann (Titular)

Representantes Demais Patrocinadores

Fabio Lopes Vilela Berbel (Titular)

Rodrigo Duarte Bayma (Suplente)

Carlos Mendes Rosetti (Titular)

Rodrigo Lemes Flores (Suplente)

Ana Claudia Oliveira (Titular)

Paulo Roberto Diniz Lins (Suplente)

Representantes Participantes e Assistidos

Mauricio Hiroshi Muramoto (Titular)

Lizete Malucelli Ribeiro (Titular)

Francesca Mazzi (Suplente)

Dárcio de Moraes Filho (Titular)

CONSELHO FISCAL

Representantes Patrocinadores Fundadores

Luiz Eduardo Edelsberg (Titular)

Gustavo Padula Drummond (Suplente)

Representantes Demais Patrocinadores

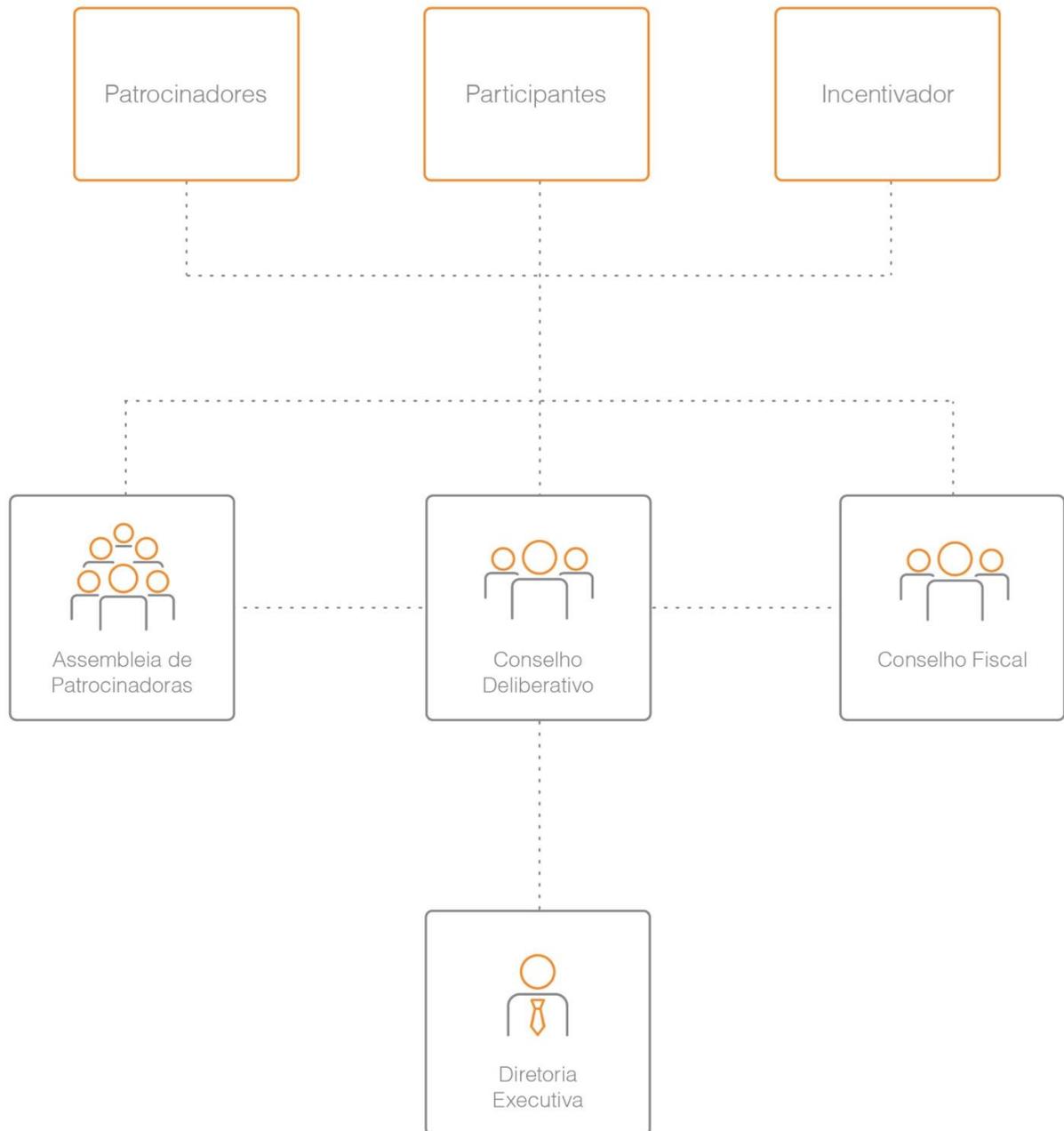
Heber Leal Marinho Wedemann (Titular)

Representantes Participantes e Assistidos

Carlos Norberto Strelow (Titular)

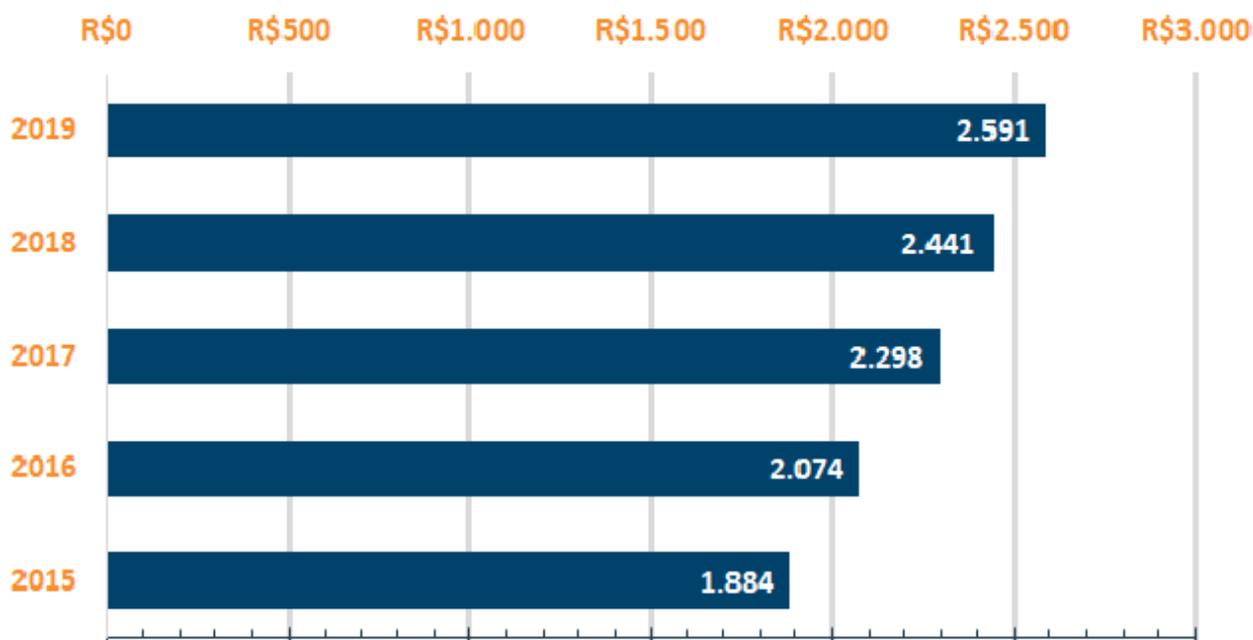
Altevir Waluszko (Suplente)

Estrutura de Governança

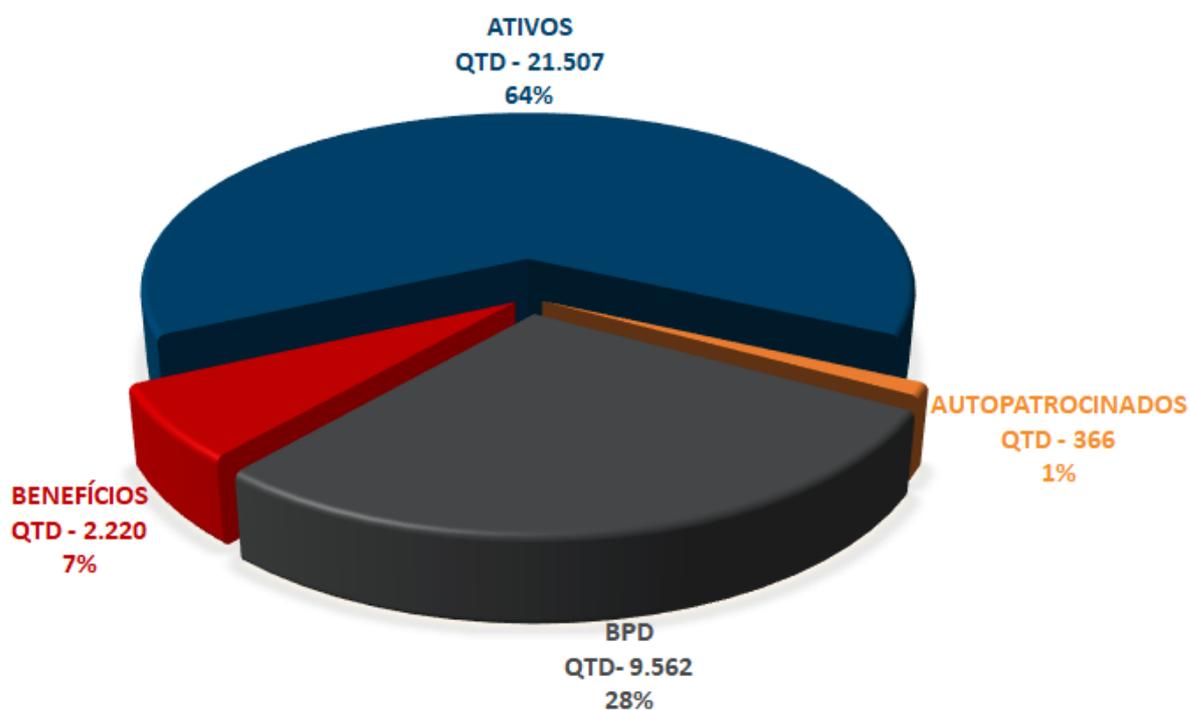


Síntese IcatuFMP

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (EM R\$ BILHÕES)



QUADRO DE PARTICIPANTES



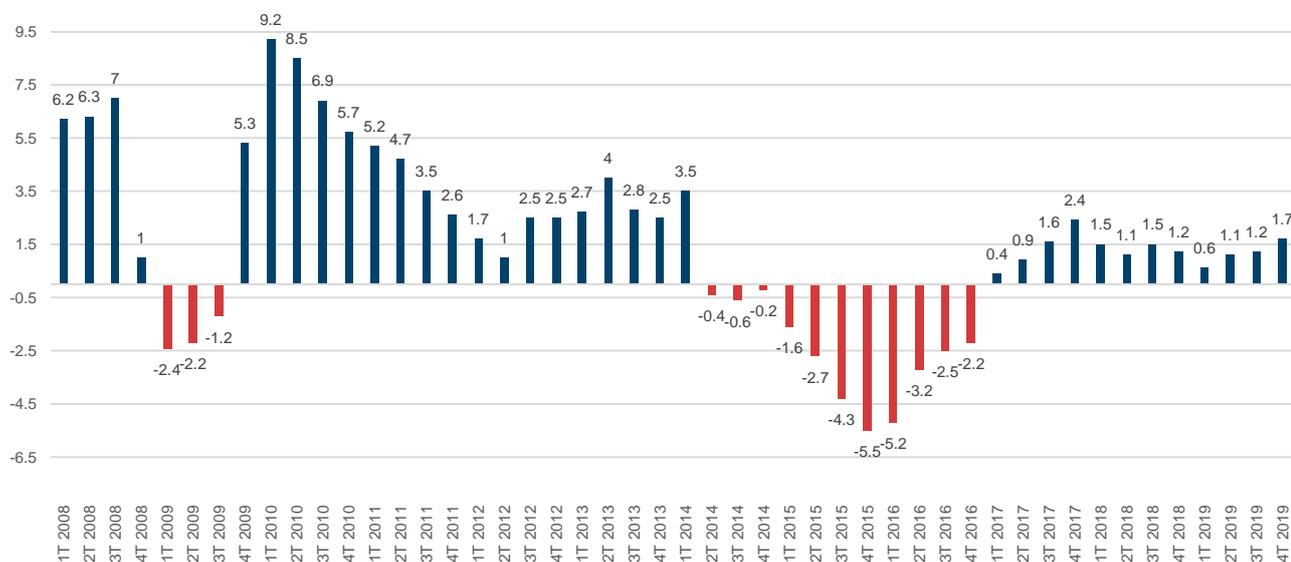
Total de participantes: 33.655

Panorama Econômico de 2019

A trajetória de recuperação da economia brasileira se manteve ao longo de 2019, embora de forma ainda bastante lenta. No início de 2019, a mediana do consenso de mercado, pesquisado semanalmente pelo Banco Central, apontava para um crescimento do PIB ao redor de 2,5%. Isto representava uma aceleração do crescimento em relação a 1,1% de expansão em 2018. No entanto, 2019 mais uma vez fechou com crescimento de apenas 1,1%. Não são resultados que ensejem muita comemoração, mas devemos ressaltar que demonstram que o País conseguiu finalmente sair de uma das maiores recessões da sua história econômica. Não podemos esquecer que entre 2015 e 2016 o PIB do Brasil despencou cerca de 7%!!! A comparação do desempenho do Brasil com o resto do mundo é assustadora. Nesses dois anos o PIB mundial acumulou crescimento de 5,5%. Aliás, mesmo no último ano em que ainda houve crescimento econômico (2014) ele foi pífio, apenas 0,50%. Como a população brasileira cresce à taxa de aproximadamente 0,8% ao ano, o efeito da recessão sobre o PIB per capita foi devastador. Sob a condução da política econômica do governo da Presidente Dilma Rousseff o Brasil simplesmente perdeu a grande oportunidade de se desenvolver, navegando em um dos mais longos períodos de bonança e crescimento da economia mundial.

Embora o desempenho dos últimos três anos não tenha sido um espetáculo, de fato a mudança radical na condução da política econômica, tanto pela equipe do Ministro Henrique Meirelles quanto pela equipe do Ministro Paulo Guedes, conseguiu levar o Brasil a sentar novamente as bases de uma trajetória de crescimento sustentada, em um ambiente de inflação excepcionalmente baixa.

PIB – Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)



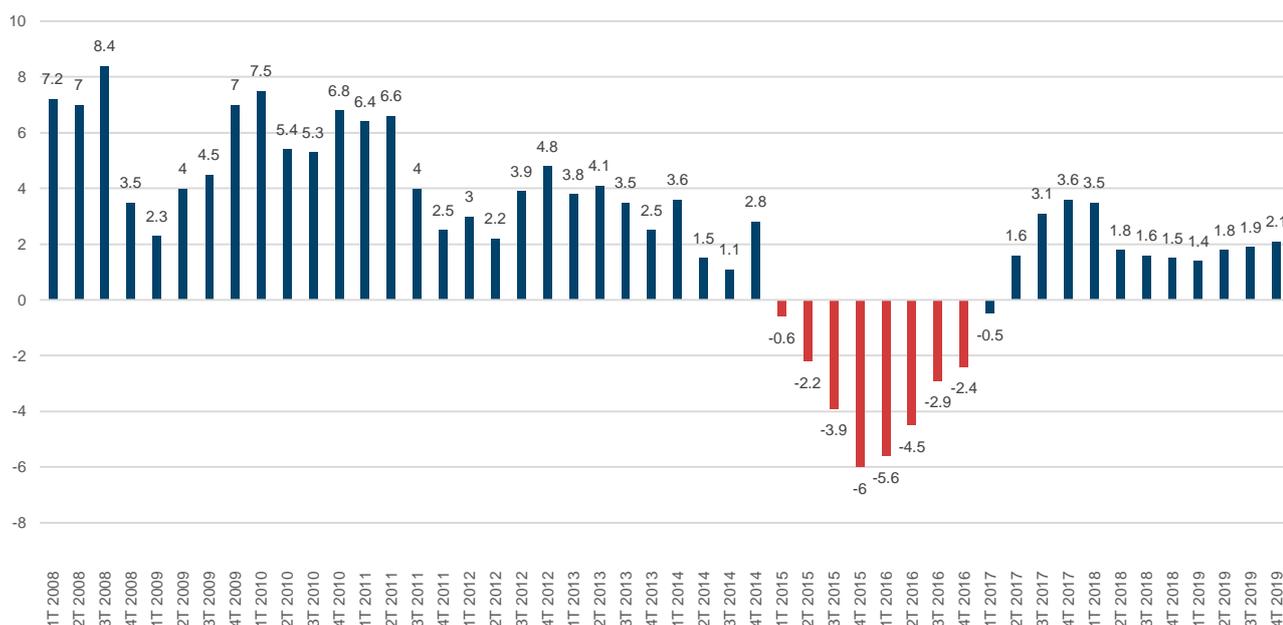
Fonte: IBGE

Como pode ser observado no gráfico acima, a primeira queda do PIB na comparação interanual se

deu já no segundo trimestre de 2014. Foram onze trimestres seguidos de queda do PIB e mais um trimestre de estagnação. Mas já no segundo e terceiro trimestres de 2017 começaram os números positivos e se mantiveram consistentemente positivos.

Em 2019, a cada trimestre, o crescimento foi maior que no trimestre anterior. O PIB fechou 2019 alcançando R\$ 7,3 trilhões e o PIB per capita avançou 0,3%, em termos reais, e alcançou R\$ 34.533 por pessoa. Em termos de consumo das famílias, depois de muito tempo em território negativo, desde o segundo trimestre de 2017, os dados têm sido positivos.

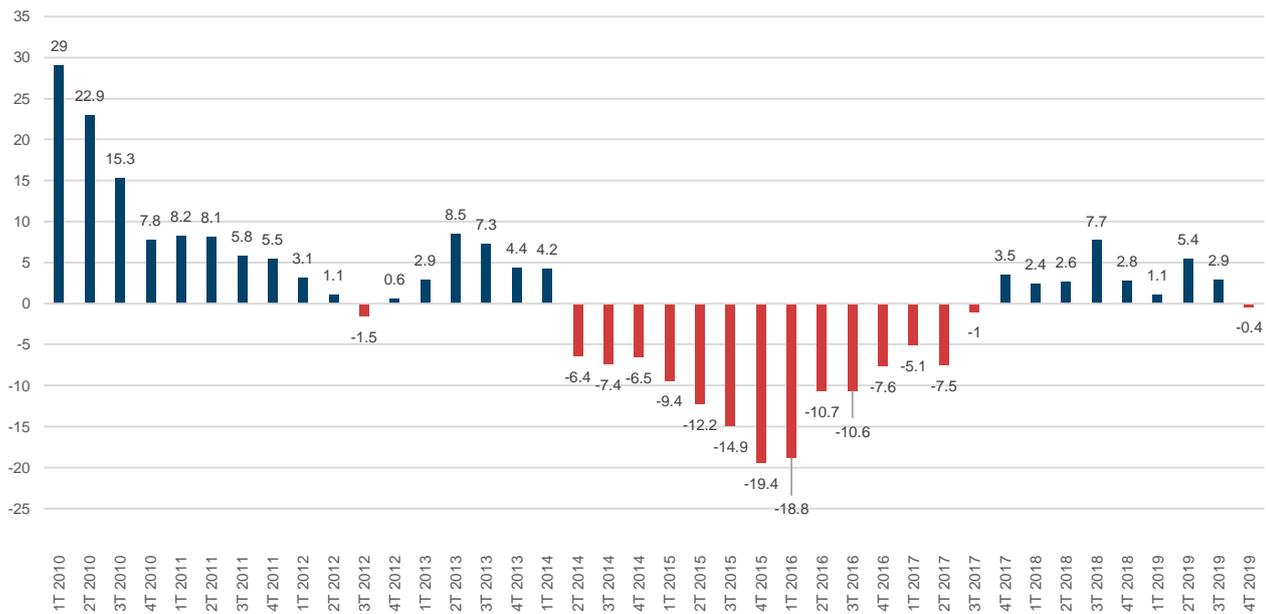
Consumo das Famílias - Anual (%)



Fonte: IBGE

Já o investimento, tão fundamental para assegurar a abertura de novos postos de trabalho, começou a registrar dados positivos a partir do quarto trimestre de 2017, após ter caído 14 trimestres seguidos (!!!) desde o segundo trimestre de 2014. No último trimestre de 2019, entretanto, o investimento voltou ao terreno negativo. E não pode ser atribuído aos efeitos perversos do novo coronavírus, que na época nem se conhecia. Investimento requer rentabilidade, confiança, segurança jurídica e segurança regulatória. A confiança, sobretudo, ficou bastante abalada no último trimestre do ano, tanto pelo aumento da incerteza externa quanto pelo conflito interno entre o Executivo e os demais Poderes. Do ponto de vista externo, devemos apontar os conflitos da administração Trump com a China e com a União Europeia, o ápice das negociações atabalhadas do Brexit, e as várias manifestações violentas que eclodiram em países vizinhos da América do Sul.

Investimento - Anual



O investimento caiu 14 trimestres seguidos a partir do 2º trimestre de 2014. O 4º trimestre de 2019 apresentou a primeira queda desde então.

Fonte: IBGE

Como se sabe, o PIB é o fluxo anual de bens e serviços em uma economia. Isto é, a soma do que produz a indústria, a agropecuária e os serviços. No ano de 2019, o setor agropecuário e o setor de serviços cresceram ambos à taxa de 1,3%. O setor industrial é que mostrou um desempenho muito fraco. A indústria como um todo, cresceu apenas 0,5%. Mas dentro da indústria, a indústria de transformação e a indústria extrativa mineral apresentaram queda na produção, como mostra a pesquisa específica de Produção Industrial Mensal do IBGE. Após dois anos de crescimento, depois da debacle de 2015 e 2016, em 2019 a produção industrial voltou a cair.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (% ANUAL)

SETORES	2015	2016	2017	2018	2019
Bens de Capital	-25,3	-10,9	6,0	7,4	-0,4
Bens Intermediários	-5,2	-6,3	1,6	0,4	-2,2
Bens de Consumo	-9,4	-6,0	3,2	1,3	1,1
Duráveis	-18,5	-14,7	13,3	7,6	2,0
Não Duráveis e Semi-Duráveis	-6,7	-3,8	0,9	-0,3	0,9
Indústria Geral	-8,3	-6,5	2,5	1,1	-1,1

Fonte: IBGE

Quem salvou o pouco crescimento da Indústria dentro do conceito das Contas Nacionais (PIB) foi o crescimento do setor de Construção Civil, que se expandiu 1,6% em 2019.

De fato, durante a recessão, o setor que foi mais atingido foi a indústria, cujo nível de produção despencou e foi um dos setores que mais desempregou pessoas. Com efeito, o volume de produção industrial em dezembro de 2019 ainda era 17,1% inferior ao pico da série histórica em maio de 2011, como pode ser observado no gráfico embaixo.

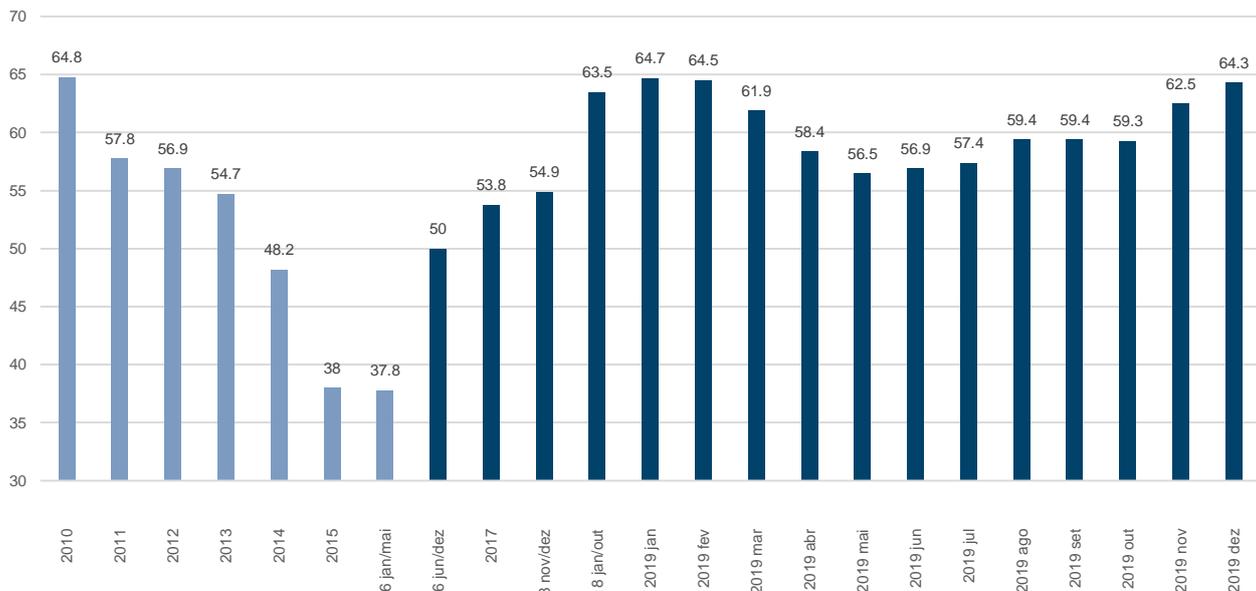
Produção Industrial - Com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE

Embora dados bem mais robustos de produção industrial ainda não se fizeram sentir, a confiança do empresário industrial, pesquisada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria, atingiu máximas históricas em 2019. Principalmente, em função do discurso liberal, da aprovação da reforma da previdência e de propostas de ajustes importantes que tem sido a tônica da narrativa da nova equipe econômica, com a clara intenção de aprofundar os ajustes que já estavam em andamento com a equipe anterior. Agora resta esperar que as reformas continuem seu curso.

Confiança do Empresário Industrial



Média histórica: 54,6. Após 28 meses o índice ficou acima da linha divisória dos 50 pontos em agosto de 2016.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria

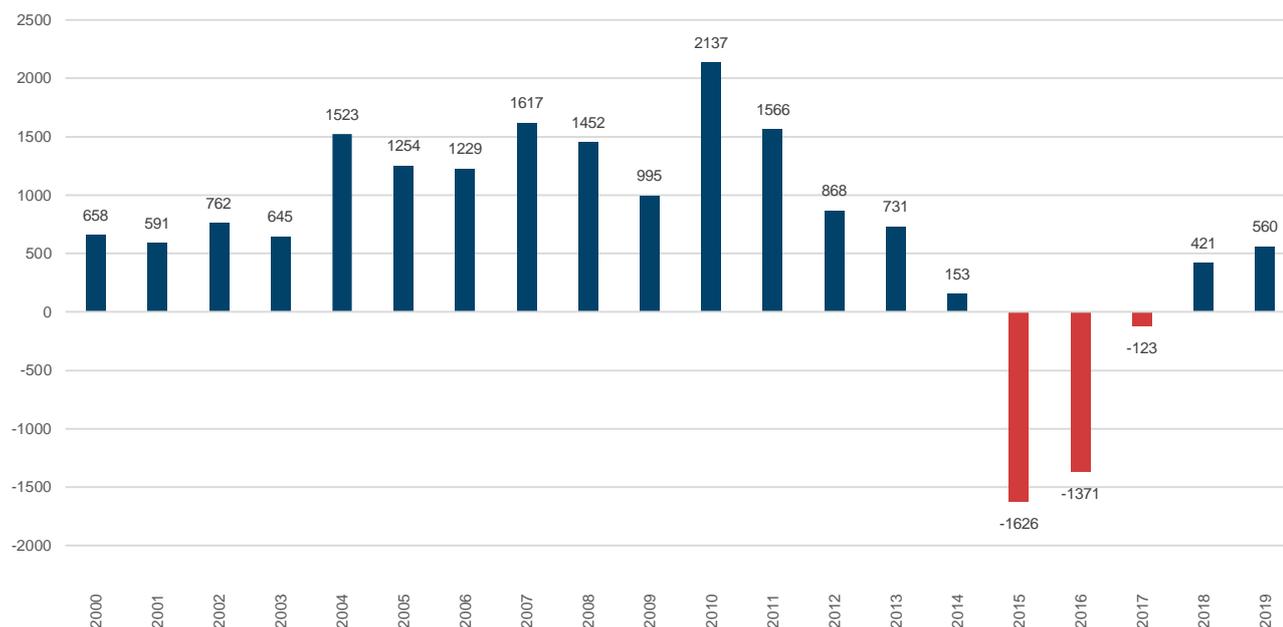
A taxa de desemprego ainda está muito elevada, mas tem caído de forma sistemática. O recorde histórico foram os 13,7% de desocupados no trimestre móvel acabado em março de 2017. No dado referente a dezembro de 2019, a taxa de desemprego, que registrou 11%, ficou no menor patamar desde o primeiro trimestre de 2016 (10,9%). Entretanto, a população desempregada ainda estava estimada em um elevadíssimo número de 11,6 milhões de pessoas. Estes dados englobam todos os tipos de empregos, incluindo os informais e os que trabalham por conta própria, por exemplo.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO PARA OS TRIMESTRES MÓVEIS AO LONGO DOS ANOS								
TRIMESTRE MÓVEL		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º	nov - dez - jan	...	7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2
2º	dez - jan - fev	...	7,7	6,8	7,4	10,2	13,2	12,6
3º	jan - fev - mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1
4º	fev - mar - abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9
5º	mar - abr - mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7
6º	abr - mai - jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4
7º	mai - jun - jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8	12,3
8º	jun - jul - ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1
9º	jul - ago - set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9
10º	ago - set - out	6,9	6,7	6,6	9,0	11,8	12,2	11,7
11º	set - out - nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0	11,6
12º	out - nov - dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8	11,6

Fonte: IBGE

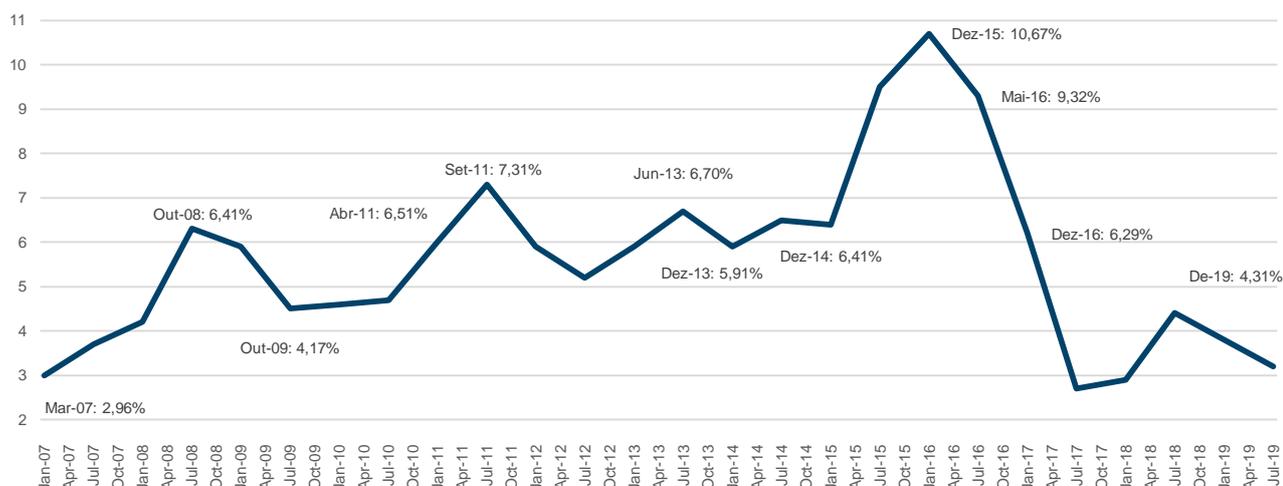
De acordo aos dados do CAGED da Secretaria do Trabalho, que englobam somente as pessoas que trabalham com carteira assinada, o ano de 2019 foi mais um ano positivo em abertura de novos postos de trabalho. Entre 2015 e 2017 tinha havido significativo fechamento de postos de trabalho com carteira assinada. Em 2019 se abriram 560 mil novos postos de trabalho com carteira assinada.

Saldo CAGED Postos de Trabalho (em milhares)



Estabilidade de preços é fundamental para alongar o horizonte da tomada de decisões. Após conseguir derrubar a inflação deixada pela equipe do Banco Central da Presidente Dilma Rousseff, as equipes de Ilan Goldfajn e de Roberto Campos Neto no Banco Central mantiveram a inflação sob estrito controle. Em 2019, a meta central de inflação era de 4,25% com um piso de 2,75% e um teto de 5,75%. O IPCA acabou fechando o ano em 4,31%, pouquinho acima da meta central, mas tinha sido de apenas 2,54% nos doze meses até outubro de 2019. No final do ano, a inflação acelerou por conta dos preços da carne, uma aceleração pontual em função do aumento da demanda mundial da China por conta da gripe suína naquele país.

IPCA 12 meses (%)



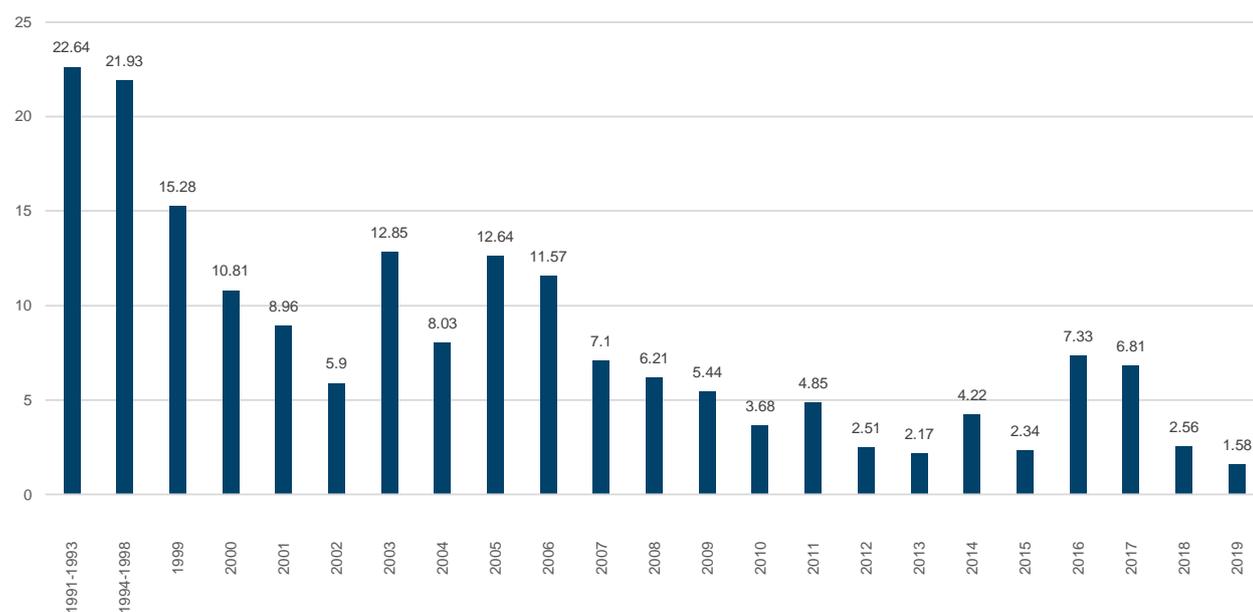
índice de Difusão: 1 Tri-19: 62,1%, 2 Tri-19: 52,9%, 3 Tri-19: 49,5%

Out-19: 59,8%, Nov-19: 55,9%, Dez-19: 58,7%

12 meses - Dez 2019: Preços administrados: 5,53%, Preços livres: 3,88%

O fato é que o Banco Central está entregando esses resultados muito auspiciosos de inflação baixa em um cenário com a menor taxa de juros Selic da história. A Selic fechou 2018 em 6,50% ao ano e 2019 em 4,50% ao ano. Já nas primeiras duas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central em 2020, a taxa Selic foi reduzida ainda mais, para 3,75% ao ano. A Selic acumulada em 12 meses deflacionada pelo IPCA (taxa de juros real) fechou 2019 em 1,58% ao ano. Em anos anteriores, em que a taxa de juros real foi tão baixa como em 2018 e 2019 foi por voluntarismo político e não porque o Banco Central tinha conseguido alcançar a estabilidade de preços. Justamente a diferença com o momento atual é que a taxa de juros real está baixa porque as condições macroeconômicas o permitem.

Taxa de Juros Real, Ex-Post (%)



A redução do desemprego e a inflação baixa, que mantém o poder de compra das remunerações, se refletiu no aumento da confiança do consumidor.

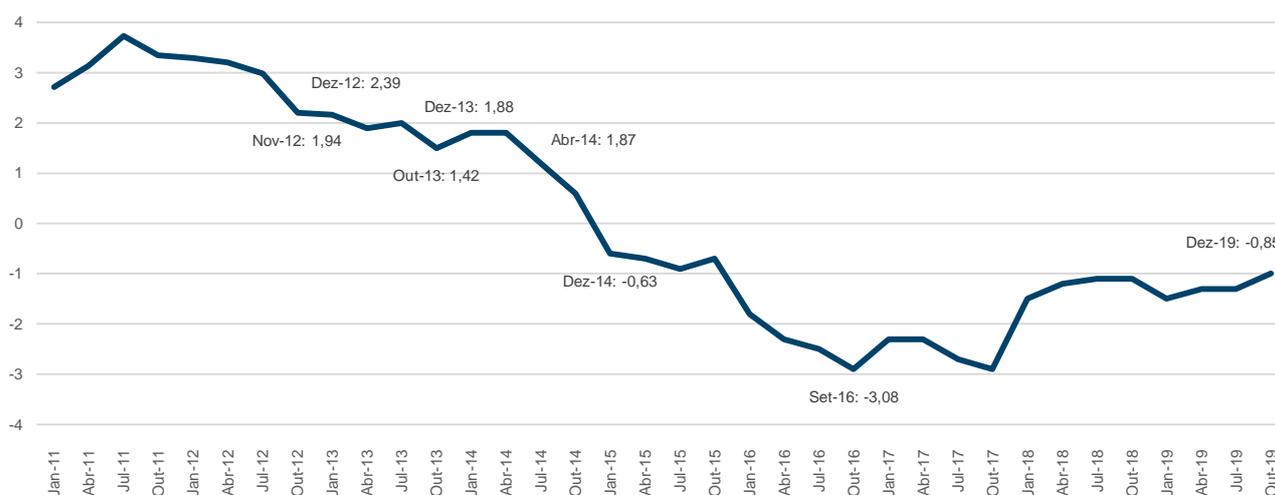
Índice de Confiança do Consumidor



Entre maio (pré-reforma da previdência) e dezembro a confiança do consumidor subiu significativamente: 10%

Como se sabe, o resultado da desastrosa política fiscal adotada pelo governo Dilma Rousseff levou o Brasil a registrar déficits primários nas contas públicas pela primeira vez na história (soma de todas as receitas menos todas as despesas, exceto o pagamento de juros do estoque de dívida). Apesar do esforço fiscal que tem sido feito após esses resultados deletérios, ainda não foi possível reverter esse buraco fiscal, mas pelo menos não se aprofundou. Voltar ao terreno positivo nas contas primárias vai demorar alguns anos, mas o que era necessário mostrar era que existia uma firme convicção que o governo entendia que não podia ter déficits primários para sempre. Não haverá quem os queira financiar. Pela primeira vez na série histórica, houve déficit primário nas contas públicas em 2014. Esse déficit cresceu como bola de neve nos dois anos seguintes. Mas, a partir de 2017, a sangria estancou, e o déficit primário caiu consistentemente. Em 2019, fechou em R\$61,9 bilhões (-0,85% do PIB), em comparação a R\$108,3 bilhões em 2018 (-1,57% do PIB).

Resultado Primário do Setor Público (% do PIB) - 12 Meses



Jan-Dez 2012: R\$ 105 bn (2,39% PIB), Jan-Dez 2013: R\$ 91,3 bn (1,88% PIB), Jan-Dez 2014: -R\$ 32,5 bn (-0,63% PIB)

Jan-Dez 2015: -R\$ 111,2 bn (-1,88% PIB), Jan-Dez 2016: -R\$155,8 bn (-2,49% PIB), Jan-Dez 2017: -R\$110,6 bn (-1,69% PIB)

Jan-Dez 2018: -R\$ 108,3 bn (-1,57% PIB), Jan-Dez: 2019: -R\$ 61,9 bn (-0,85% PIB)

Fonte: Banco Central do Brasil

Em termos de um reforço estrutural ao melhor desempenho das contas públicas, é louvável a aprovação da reforma da Previdência em 2019. As estimativas são que a reforma aprovada consiga uma economia de aproximadamente R\$800 bilhões ao longo de 10 anos. Para se ter uma ideia do tamanho comparativo dessa economia, é interessante apontar que a despesa com o Programa Bolsa Família, que atende mais de 50 milhões de pessoas, custa cerca de R\$30 bilhões por ano. A dívida bruta do governo geral passou de 57,2% do PIB em 2014 para 75,8% do PIB em dezembro de 2019. Na falta de superávits primários que consigam pagar os juros da dívida pública, só continuará a crescer. Após a aprovação da reforma da previdência em 2019, houve uma espécie de paralisia na

continuidade de reformas estruturais necessárias. Por enquanto, parece que o Ministro da Economia Paulo Guedes conta com o apoio do Presidente da República para levar adiante essas reformas necessárias no processo de arrumação da casa, para que o Brasil não retroceda anos de novo em termos de investimento, crescimento e criação de empregos. Mas ainda não houve novos avanços até o primeiro trimestre de 2020.

Em suma, todo o cenário estava montado para o Brasil continuar numa trajetória de crescimento sustentado, com a confiança dos empresários industriais e os consumidores em alta. Era, há somente um par de meses atrás, um cenário de bonanza no longo prazo, com inflação sob controle, juros historicamente muito baixos, desemprego em queda e confiança em alta.

O problema é que agora a economia brasileira, como todas as economias do mundo, tem pela frente o enorme desafio de enfrentar as consequências do novo coronavírus, que acabou provocando uma imensa paralisação da atividade econômica na maioria dos países do mundo por um tempo ainda indeterminado. A necessidade de salvar vidas, com medidas restritivas de mobilidade e medidas de isolamento, para combater a expansão do vírus, vem antes de qualquer outra coisa. E, portanto, não há dúvida de que haverá uma grande desaceleração do crescimento do PIB mundial e do PIB do Brasil.

O Brasil se encontra em uma posição bem mais confortável que no passado para enfrentar esta nova grande crise internacional, crise sanitária na verdade. Hoje, o Banco Central conta com reservas internacionais de US\$362,46 bilhões em fins de fevereiro de 2019 e na crise financeira internacional de 2008 contava com US\$197,23 bilhões em outubro daquele ano. Além disso, o Banco Central conta com outras armas para fazer face à crise. E, por fim, embora ainda não tenha sido possível diminuir substancialmente o déficit primário das contas públicas, a trajetória é menor que a bola de neve do passado e está na hora de utilizar política fiscal expansionista, para contrarrestar os efeitos deletérios do confinamento obrigatório sobre o nível de emprego.

Toda crise passa em seu devido tempo, mas não podemos deixar de alertar que o ano 2020 será bem pior que o esperado no início deste ano. A nossa projeção de crescimento do PIB para 2020 passou de expansão de 2,64% há dois meses atrás para queda de no mínimo 1,5%. Mas, ao que tudo indica, este cenário de queda se concentrará no segundo trimestre do ano e talvez no começo do terceiro trimestre, com recuperação sustentada logo após. Já em 2021, com a crise sanitária do COVID-19 controlada, veremos números de crescimento do PIB por volta de 2,5%.



Resultados da Entidade em 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Icatu Fundo Multipatrocinado							
I - Balanço Patrimonial - Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
DISPONÍVEL	5	13.812	8.648	EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	23.673	22.375
REALIZÁVEL		2.629.455	2.483.895	Gestão Previdencial		11.029	14.259
Gestão Previdencial	6	13.685	19.628	Gestão Administrativa		1.804	2.363
Gestão Administrativa	7	10.966	8.198	Investimentos		10.840	5.753
Investimentos	8	2.604.804	2.456.069	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	28.245	28.268
Fundos de Investimento	8.1	2.575.152	2.427.844	Gestão Previdencial	10.4	870	807
Empréstimos e Financiamentos	8.5	8.277	7.650	Gestão Administrativa	10.4	6.000	5.209
Depósitos Judiciais / Recursais	10.4	21.375	20.575	Investimentos	10.4	21.375	22.252
				PATRIMÔNIO SOCIAL		2.591.349	2.441.900
				Patrimônio de Cobertura do Plano		2.465.834	2.334.312
				Provisões Matemáticas	11	2.387.057	2.272.692
				Benefícios Concedidos		965.851	915.538
				Benefícios a Conceder		1.433.650	1.372.374
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(12.444)	(15.220)
				Equilíbrio Técnico	12	78.777	61.620
				Resultados Realizados		78.777	61.620
				Superávit Técnico Acumulado		78.777	61.620
				Fundos	13	125.515	107.588
				Fundos Previdenciais		116.998	100.248
				Fundos Administrativos		8.517	7.340
TOTAL DO ATIVO		2.643.267	2.492.543	TOTAL DO PASSIVO		2.643.267	2.492.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Icatu Fundo Multipatrocinado			
II- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada			
DESCRIÇÃO	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		
	2019	2018	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.441.900	2.298.063	6%
1. Adições	436.962	324.734	35%
(+) Contribuições Previdenciais	92.589	97.061	-5%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	328.498	214.529	53%
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	1.615	-	100%
(+) Receitas Administrativas	13.000	12.333	5%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	1.260	811	55%
2. Destinações	(287.513)	(180.897)	59%
(-) Benefícios	(274.430)	(167.855)	63%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	(119)	-100%
(-) Despesas Administrativas	(12.519)	(12.425)	1%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(564)	(498)	13%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	149.449	143.837	4%
(+/-) Provisões Matemáticas	114.365	134.721	-15%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	17.156	(959)	-1889%
(+/-) Fundos Previdenciais	16.750	9.853	70%
(+/-) Fundos Administrativos	1.178	222	430%
B) Patrimônio Social - final no exercício (A+3+4)	2.591.349	2.441.900	6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Icatu Fundo Multipatrocinado			
V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada			
DESCRIÇÃO	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		
	2019	2018	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.340	7.118	3%
1. Custeio da Gestão Administrativa	14.260	13.145	8%
1.1. Receitas	14.260	13.145	8%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.388	5.767	-7%
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.075	6.251	13%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	73	63	16%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.260	812	55%
Outras Receitas	464	252	84%
2. Despesas Administrativas	(12.519)	(12.425)	1%
2.1. Administração Previdencial	(3.940)	(4.422)	-11%
Viagens e estadias	(4)	-	-100%
Serviços de terceiros	(3.791)	(4.422)	-14%
Despesas gerais	(145)	-	-100%
2.2 Administração de Investimentos	(8.222)	(7.506)	10%
Treinamento/congressos e seminários	(93)	(68)	37%
Serviços de terceiros	(7.646)	(6.880)	11%
Despesas gerais	(259)	(222)	17%
Tributos	(206)	(193)	7%
Outras Despesas	(18)	(143)	-87%
2.4 Outras Despesas	(357)	(497)	-28%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(564)	(498)	13%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	1.177	222	430%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.177	222	430%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	8.517	7.340	16%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Icatu Fundo Multipatrocinado (“IcatuFMP”), é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinado, sem fins lucrativos, constituída em 1996 em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de Sociedade Civil, sendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social através da Portaria MPAS nº 3.079, de 12 de março de 1996.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus beneficiários, nos termos dos regulamentos dos planos de benefícios.

Os benefícios abrangidos pelos planos de benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria normal, antecipada, por idade, por invalidez, postergada, proporcional diferida e tempo de contribuição;
- Pensão por morte e auxílio doença;
- Natalidade e reclusão;
- Pecúlio por morte e invalidez;
- Benefício mínimo nos casos de invalidez e morte;
- Institutos: Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido (BPD), Portabilidade e Resgate.

1.1. PLANOS E PARTICIPANTES

Na condição de entidade multipatrocিনada e administradora de planos múltiplos, em 31 de dezembro de 2019 o IcatuFMP possui 39 planos ativos (2018, 40 planos ativos), distribuídos conforme a seguir:

PLANOS	TOTAL DE PARTICIPANTES						MÉDIA DE IDADE					
	ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS		ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Acrinor	25	26	24	24	-	-	54	54	62	61	-	-
Ajinomoto	4.437	4.238	73	70	6	7	36	36	64	64	62	59
AT&T GNS	-	333	-	5	-	-	-	43	-	66	-	-
Basell	95	93	2	2	-	-	40	40	63	61	-	-
BD Multipatrocinado	6	6	118	164	28	30	57	56	67	65	65	64
BNY Mellon	7	8	4	4	-	-	54	51	62	62	-	-
Carestream	97	125	11	9	-	-	44	44	59	59	-	-
CD XPREV	782	706	144	143	31	33	39	39	71	69	66	68
CMSPREV	2.768	2.655	2	3	-	-	39	36	58	58	-	-
Continental	2.454	2.607	31	35	1	1	40	40	63	63	51	50
Conv. Adm. Telepar	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	66	-
Copenor	71	71	37	36	3	5	47	47	65	63	57	54
Dacarprev	67	70	3	3	-	-	45	46	63	61	-	-
Deten	189	193	74	82	3	3	44	44	60	61	46	40
FCC	244	241	67	66	1	2	41	42	62	63	47	51
GBarbosa	8.031	8.628	-	-	-	-	39	39	-	-	-	-
GPC Química	125	122	1	1	1	-	44	40	77	76	-	-
Icatu	1.704	1.598	26	33	4	1	38	38	67	68	64	66
Intelig	348	366	20	13	-	2	48	45	62	63	-	33
Keysigth	51	51	12	11	-	-	45	42	64	64	-	-
BD Lanxessprev	86	87	124	90	73	71	50	49	74	69	72	69
Lufthansa	126	128	48	52	6	4	46	45	72	72	72	70
Metalsa	508	542	10	8	-	-	41	39	60	59	-	-
Otis	3.163	3.368	44	40	1	2	44	43	66	66	75	63
Petroflex	268	279	13	14	4	5	44	40	65	64	49	49
PPG	1.067	1.107	29	32	5	1	41	38	63	65	55	45
Precin	224	282	59	63	31	31	40	45	76	77	67	62
Previkodak	137	128	347	384	62	50	48	45	66	64	61	62
Previnor	15	17	268	302	68	72	57	58	70	68	58	62
RioPol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sabic	158	149	4	4	-	-	42	41	66	66	-	-
Springer	3.060	3.035	17	29	-	1	41	39	60	62	-	53
Starrett	486	408	13	18	-	-	42	45	69	67	-	-
Suzano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PBS Tele Celular Sul	-	-	19	19	2	2	58	58	67	65	64	60
PBS Tele Nordeste Celula	11	12	30	30	1	1	55	53	68	66	51	50
Thermadyne	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TIMPrev Nordeste	33	38	58	56	1	5	53	49	63	59	64	62
TIMPrev Sul	32	35	66	68	7	10	53	49	64	62	50	62
T-Systems	560	541	51	54	2	2	44	41	64	64	56	55
Total	31435	32293	1849	1967	342	341						

1.1.1. PLANOS ATIVOS

1. Plano Acrinor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0028-56, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A.;
2. Plano Ajinomoto de Previdência: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0017-29, patrocinado pela Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Ajinomoto Animal Nutrition do Brasil Indústria e Comércio Ltda.;
3. Plano Basell de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0021-47, patrocinado por Basell Poliolefinas Ltda.;
4. Plano de Benefício Definido Multipatrocinado: plano na modalidade de benefício definido, não contributivo e fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0030-83, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A., Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, Deten Química S.A., Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. e Arlanxeo Brasil S.A.;

5. Plano de Benefícios BNY Mellon: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2010.0054-65, patrocinado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
6. Plano de Benefícios CarestreamPrev: plano na modalidade de Contribuição Variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2013.0019-83, patrocinado por Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda.;
7. Plano de Aposentadoria CD XPrev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0020-83, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda. e Arlanxeo Brasil S.A.;
8. Plano de Benefícios CMSPREV: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0036-38, patrocinado pela Companhia Luz e Força de Mococa, Companhia Jaguari de Energia, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.;
9. Plano de Aposentadoria Previ-Continental: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0035-19, patrocinado por Continental Indústria e Comércio de Peças de Reposição Automotivas Ltda, Continental Indústria e Comércio Automotivos Ltda., Continental Automotivo do Brasil Ltda. e Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda e CPT Brasil Automotiva Ltda.;
10. Plano de Benefícios Convênio de Administração Telepar Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0001-18, patrocinado pela Tim Celular S.A.;
11. Plano Copenor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0020-74, patrocinado por Copenor Companhia Petroquímica do Nordeste;
12. Plano de Benefícios Dacarprev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0038-56, patrocinado por Dacar Química do Brasil S/A.;
13. Plano Deten de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0026-11, patrocinado por Deten Química S/A.;
14. Plano Fábrica Carioca de Catalisadores de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0027-83, patrocinado por Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.;
15. Plano GPC Química de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0044-92, patrocinado por GPC Química S.A.;
16. Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0029-92, patrocinado por Clube de Seguros Icatu, Icatu Capitalização S.A., Icatu Seguros S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda., Icatu Consultoria de Investimentos Ltda e Icatu Assessoria Ltda.;
17. Plano de Benefícios Keysight: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB nº 2016.0020-18, patrocinado pela Keysight Technologies Medição Brasil Ltda.;
18. Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0051-11, patrocinado pela Tim S.A.;
19. Plano de Benefícios BD Lanxessprev: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0064-11, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.;

20. Plano de Benefícios Lufthansa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1989.0012-38, patrocinado pela Lufthansa Systems GMBH & CO. KG, Deutsche Lufthansa A.G., Lufthansa Cargo A.G. e Swiss International Air Line A.G.;
21. Plano de Aposentadoria Metalsa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2012.0003-47, patrocinado pela Metalsa Brasil Indústria e Comércio de Autopeças Ltda., Metalsa Centro de Serviços de Consultoria e Assistência de Autopeças Ltda. e Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis Ltda.;
22. Plano de Benefícios Otis: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0030-11, patrocinado pelo Hamilton Sundstrand Aerospace do Brasil Ltda., Elevadores Otis Ltda., Pratt & Whitney Canadá Do Brasil Ltda., e Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda.;
23. Plano Petroflex de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0024-65, patrocinado por Arlanxeo Brasil S.A.;
24. Plano de Benefícios da PPG: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0016-56, patrocinado pela PPG Industrial do Brasil – Tintas e Vernizes Ltda.;
25. Precin - Plano de Previdência Complementar Industrial: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0005-56, patrocinado por FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, IEL - Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Ceará, SENAI-CE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional do Ceará e SESI-CE - Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Ceará;
26. Plano de Benefícios PreviKodak: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0004-38, patrocinado pela Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltda.;
27. Plano Previnor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Previnor Associação de Previdência Privada;
28. Plano de Benefícios Sabic-Prev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0032-56, patrocinado por Sabic Innovative Plastics South America – Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.;
29. Plano de Benefícios Springer: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0010-11, patrocinado pela Springer Carrier Ltda., Climazon Industrial Ltda., Carrier Refrigeração Brasil Ltda., Kidde Brasil Ltda., Climate, Controls & Security do Brasil Ltda e Freightwatch Brasil Consultoria de Segurança Ltda. Onity Ltda.;
30. Plano Starrett de Benefícios: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2001.0020-92, patrocinado pela Starrett Indústria e Comércio Ltda.;
31. Plano de Benefícios da Tele Celular Sul: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0010-92, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
32. Plano de Benefícios Tele Nordeste Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0012-38, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
33. Plano de Benefícios TIMPrev Nordeste: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0020-29, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;

34. Plano de Benefícios TIMPrev Sul: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0021-18, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
35. Plano de Aposentadoria T-Systems: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0011-11, patrocinado pela T-Systems do Brasil Ltda.

1.1.2. PLANOS ATIVOS – Em Processo de Retirada de Patrocínio

1. Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0017-19, patrocinado por Rio Polímeros S.A.. Aprovada a retirada de patrocínio conforme Despacho do Diretor nº 37, publicado no D.O.U de 20/09/2011;
2. Plano Suzano de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0025-38, patrocinado por Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação social de Quattor Petroquímica S.A.). Aprovada retirada de patrocínio conforme Portaria nº 596, publicada no D.O.U de 14/10/2011;
3. Plano de Benefícios Thermadyne Victor: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1998.0004-19, patrocinado por Thermadyne Victor Ltda. Aprovada a retirada de patrocínio total conforme Despacho da Diretora nº 35, publicado no D.O.U de 24/12/2008;
4. Plano de Benefícios G. Barbosa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0035-11, patrocinado por Cencosud Brasil Comercial Ltda. (atual denominação social da GBarbosa Comercial Ltda.). Em 13/01/2016, foi publicada no D.O. U de 14/01/2016 a aprovação da retirada de patrocínio da empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda. do Plano de Benefícios G. Barbosa e o 2º Termo aditivo e Consolidação do termo de Retirada Total de Patrocínio firmado em 23/10/2015;

1.2. OUTRAS MOVIMENTAÇÕES NOS PLANOS ADMINISTRADOS PELO ICATUFMP

1.2.1. CONVÊNIO DE ADESÃO

Em relação ao Plano de Aposentadoria CD XPREV, a PREVIC aprovou o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Arlanxeo Brasil S.A., na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 182 de 07/03/2019 e publicada no DOU em 11/03/2019 pela Portaria nº 192.

Em relação ao Plano de Aposentadoria Previ-Continental, a PREVIC autorizou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 409 de 12/07/2018, publicado no DOU em 16/07/2018 pela Portaria nº 678, bem como aprovou o convênio de adesão da empresa CPT Brasil Automotiva LTDA., na condição de patrocinadora do Plano por meio da Nota nº 181 de 11/02/2019, publicada no DOU em 13/02/2019 pela Portaria nº 112.

Em relação ao Plano GPC Química, a PREVIC aprovou a suspensão temporária das contribuições ao Plano.

Em relação ao Plano de Benefícios Keysight, a PREVIC emitiu Parecer nº 489 de 03/09/2018 encerrando a transferência de gerenciamento do referido plano.

Em relação ao Plano de Benefícios Lufthansa, a PREVIC aprovou 3º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Lufthansa Systems GMBH & CO. KG., na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 350 de 05/04/2019, publicada no DOU em 04/04/2019 pela Portaria 268. Ressalta-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 06/11/2018.

Em relação ao Plano Petroflex de Contribuição Definida, a PREVIC aprovou o 1º termo aditivo a convênio de adesão da empresa Arlanxeo Brasil S.A., na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 183 de 07/03/2019, publicada no DOU em 11/03/2019 pela Portaria nº 191.

Em relação ao Plano de Benefícios da PPG, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 177 de 12/04/2018, publicado no DOU em 16/04/2018 pela Portaria nº 308.

Em relação ao Plano Precin – Plano de Previdência Complementar Industrial, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 23 de 15/01/2018, publicado no DOU em 16/01/2018 pela Portaria nº 25. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na PREVIC em 12/06/2017. Este plano está em processo de retirada de patrocínio, maiores detalhes vide nota explicativa 19.

Em relação ao Plano de Benefícios PreviKodak, a PREVIC autorizou a retirada parcial vazia de patrocínio da PreviKodak Sociedade Previdenciária por meio do Parecer nº 706 de 12/12/2018, publicado no DOU em 14/12/2018 pela Portaria nº 1.162.

Em relação ao Plano Prev-Renda, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento da Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A – CAFBEP para o Icatu Fundo Multipatrocinado por meio do Parecer nº 18 de 14/01/2019, publicado no DOU em 17/01/2019 pela Portaria nº 27. Além disso, a PREVIC aprovou a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano Prev-Renda a ser administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado e o convênio de adesão firmado entre o Icatu Fundo Multipatrocinado e as patrocinadoras CAFBEP e o Banco do Estado do Pará S/A – Banpará em 06 de novembro de 2018. O processo de transferência de gerenciamento do plano para a ICATU encontra-se em finalização junto a PREVIC.

Em relação ao Plano de Benefícios Sabic, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 97 de 26/02/2018, publicado no DOU em 28/02/2018 pela Portaria nº 158.

Em relação ao Plano de Benefícios Springer, a PREVIC aprovou o convênio de adesão da empresa Onity Ltda, na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 910 de 29/07/2019, publicada no DOU em 31/07/2019 pela Portaria 675. Ademais, a PREVIC emitiu Parecer nº 346 de 19/06/2018 finalizando a retirada parcial de patrocínio da UTCPrev do referido plano.

Em relação ao Plano Convênio de Administração – Telepar Celular, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 267 de 21/05/2018, publicado no DOU em 24/05/2018 pela Portaria nº 451. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a presente aprovação teve aplicação a partir de 05/07/2017.

Em relação ao Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento do plano (abono anual) por meio do Parecer nº 191 de 05/04/2018, publicado no DOU em 10/04/2018 pela Portaria nº 283. Ressalte-se que esta última aprovação, por se tratar de processo de licenciamento automático, teve aplicação imediata a partir de 12/03/2018. Ademais, a PREVIC validou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.674 de 12/12/2018, publicada no DOU em 14/12/2018 pela Portaria nº 1.168.

1.2.2. TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO

Em relação ao Plano de Benefícios AT&T GNS, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do Icatu Fundo Multipatrocinado para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão por meio do Parecer nº 356 de 19/07/2019, publicado no DOU em 24/07/2019 pela Portaria nº 630”.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis contemplam as operações consolidadas de todos os Planos do Icatu Fundo Multipatrocinado ("Icatu FMP"), quanto às gestões previdencial, administrativa e de investimentos e foram preparadas em consonância com o previsto na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1272, de 22 de janeiro de 2010 que aprova a NBC-ITG 2001 e as principais práticas contábeis brasileiras para entidades fechadas de previdência complementar.

A Resolução vigente que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar é a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 R1.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas: Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às duas gestões, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A legislação supracitada prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial - Consolidado;
- II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - Consolidada;
- III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);
- IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL);
- V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada;
- VI - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (DPGA) - Facultativa;
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT).

Considerando que a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por Plano de Benefícios é facultativa, a administração do ICATUFMP decidiu pela não apresentação desta informação.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva da entidade em contábeis, e por seu Conselho Fiscal 30/03/2020 e Conselho Deliberativo em 30/03/2020. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade IcatuFMP.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo IcatuFMP são apresentadas a seguir:

3.1. SEGREGAÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Os registros contábeis são segregados por planos de benefícios, observados os seguintes critérios:

- Os planos de benefícios são criados e mantidos para atender aos empregados, assistidos e pensionistas de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;

- Os planos de benefícios não respondem solidariamente entre si, observada a legislação vigente; e
- O custeio de cada plano de benefício é independente e o Patrimônio Social é controlado separadamente.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

3.2.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

3.2.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

3.2.3. FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Fundos de Investimentos

Considerando as disposições da Resolução do CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Entidade na data de aquisição, atendendo aos seguintes critérios:

(I) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Estes títulos são avaliados ao valor justo por meio de resultado e seus efeitos reconhecidos em conta específica;

(II) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. Estes títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

3.2.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações com participantes referem-se a empréstimos financeiros e seus saldos são apresentados pelo valor líquido composto do principal acrescido mensalmente dos juros e reduzidos pela provisão das parcelas com atraso de recebimento superiores a 61 dias.

3.2.5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída em conformidade aos critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. As provisões são contabilizadas em conta de resultado dos investimentos do plano, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento no ativo.

3.3. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, repasses a terceiros, sendo acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas. Todos os registros são realizados respeitando as origens e finalidades quanto à classificação da gestão seja esta previdencial, administrativa ou investimentos.

3.4. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra a constituição de provisão para processos ajuizados com probabilidade de perda provável, relacionados aos processos administrativos ou judiciais, tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos e a gestão que originou a contingência seja esta previdencial, administrativa ou investimentos, em conformidade à planificação contábil vigente. As ações com probabilidade de perda possível e remota são divulgadas nas notas explicativas.

3.5. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social dos planos de benefícios é constituído para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

3.5.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Os planos de benefícios administrados pelo IcatuFMP adotam regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, modalidade do plano e adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios. Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

Em conformidade com esses regimes e métodos, as provisões matemáticas registram:

- Nas contas de Contribuição Definida: a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- Nas contas de Benefício Definido: o montante acumulado, calculado atuarialmente, para custear os benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos mesmos.

3.5.1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Correspondem ao valor presente de todos os benefícios da Entidade para com os atuais aposentados e pensionistas dos planos de benefícios, líquido das contribuições futuras, quando existirem.

3.5.1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos) dos participantes que não adquiriram o direito a aposentadorias ou pensões, líquido das contribuições futuras, quando existirem.

3.5.1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem às parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura dos Planos, decorrente de “Serviço Passado” e “Déficit Equacionado”, representando o valor atual das contribuições futuras a serem efetuadas por patrocinadora, participantes e assistidos dos planos de benefícios, conforme determinado em Plano de Custeio.

3.5.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A apuração do resultado do plano de benefícios é realizada ao final de cada exercício com base na avaliação atuarial, que tem como objetivo principal dimensionar o valor das provisões matemáticas, dos fundos previdenciais e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio. Deve ser entendida como um instrumento fundamental para o fornecimento de informações estratégicas sobre o plano de benefícios, que permita o planejamento de longo prazo das suas obrigações de natureza previdencial.

O surgimento de desequilíbrios técnicos, sejam esses superavitários ou deficitários, apresentados reiteradamente pelo plano de benefícios exigem um maior monitoramento e controle por parte dos dirigentes e conselheiros. Para evitar esses desequilíbrios, é necessário um constante acompanhamento das avaliações atuariais e das necessidades do plano de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações do custeio do plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro.

A destinação e utilização do superávit ou o equacionamento do déficit ocorrem em conformidade à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, bem como suas alterações posteriores.

3.5.2.1. SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

É constituído pelo excedente patrimonial em relação às provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem característica de benefício definido na fase de concessão do plano.

Desse excedente, o valor correspondente até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total daquelas provisões matemáticas ou até o limite calculado com base na duração do passivo do plano, o que for menor, será destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico.

Caso o valor do superávit do plano de benefícios exceda o limite da reserva de contingência, deve ser constituída reserva especial para revisão do plano de benefícios. A revisão do plano poderá ser feita de forma voluntária, a partir dos valores constituídos na reserva especial, sendo obrigatória após o decurso do prazo previsto na legislação.

3.5.2.2. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Corresponde à insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios, apurada ao final de cada exercício.

Na Avaliação Atuarial anual será analisada, com base na legislação vigente, a necessidade da elaboração do plano de equacionamento do déficit, visando o equilíbrio do plano mediante a revisão do custeio.

O déficit atuarial pode ter natureza conjuntural, quando tem origem em fatores sazonais ou ocasionais sujeitos à reversão no curto prazo, ou natureza estrutural, quando tem origem em fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo. Este último exige tratamento imediato, demandando uma revisão da modelagem do plano, de forma a promover uma reestruturação de suas bases econômicas, financeiras, atuariais ou de gestão.

3.5.3. FUNDOS

3.5.3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.3.1.1. REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR

Reversão de Contribuição – é constituída pelos saldos de conta da patrocinadora referente aos participantes que se desligaram da patrocinadora e do plano sem direito ao resgate total ou parcial das contribuições efetuadas pela patrocinadora. Sua utilização é definida no regulamento do plano e está descrita no respectivo parecer atuarial.

3.5.3.1.2. REVISÃO DE PLANO

A revisão do plano de benefícios poderá se dar de forma voluntária, a partir da constituição da reserva especial, e será obrigatória após o decurso de três exercícios. A patrocinadora efetuará estudos para definição da distribuição, destinação e utilização deste fundo, nos termos da legislação vigente e, se for o caso, aprovação do órgão regulador.

3.5.3.1.3 ATUARIAL OUTROS – PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Valor definido pelo Atuário na data da Avaliação com o objetivo de cobertura de anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações de plano.

3.5.3.2. FUNDOS ADMINISTRATIVOS

São constituídos pelas sobras financeiras das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas, e no caso de reversão refletem a existência de despesas maiores que as receitas.

3.6. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as contribuições de autopatrocinados, que são registrados no momento da contribuição efetiva.

As operações administrativas são registradas de forma exclusiva e isolada dos demais fluxos da Entidade, no então denominado “Plano de Gestão Administrativa”.

3.7. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29/2018, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

De acordo com o Regulamento do PGA da Entidade, as fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pelo IcatuFMP são homologadas pela Diretoria Executiva, incluídas no orçamento anual e constantes do plano anual de custeio definido atuarialmente.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais e investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

3.7.1 CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - COMUNS

A Resolução CGPC nº 14/2004 que em seu art. 3º estabelece que cada plano de benefícios possui independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

As despesas específicas de cada plano de benefícios, não se convertem em objeto de critério de rateio entre os planos, e são custeadas pelo plano a que se referir. As despesas comuns, ou seja, aquelas a que se referem a mais de um plano de benefícios são rateadas observando o critério de rateio aprovado pela Diretoria Executiva da entidade.

3.8. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

3.8.1. IMPOSTO DE RENDA

3.8.1.1. IRRF APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Desde 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.053, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar.

3.8.1.2. IRPJ e CSLL

De acordo com o artigo 17 da IN SRF Nº 588/2005, as entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

3.8.2. PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.9. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a redução ao valor recuperável dos ativos, o valor de mercado dos ativos financeiros, as contingências, as provisões matemáticas, reservas e os fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Entidade, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Entidade considera, a dimensão e complexidade de suas operações e fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

4.1. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perda decorrente do não recebimento de um determinado valor monetário, ou o recebimento de valor menor do que o pactuado, devido à incapacidade, total ou parcial, de pagamento de uma contraparte, seja ela o emissor de um título de crédito privado, público ou até mesmo algum participante que não pague uma parcela do empréstimo concedido pelos Planos que possuem alocação neste segmento. De forma bastante simples, é possível relacionar risco de crédito à inadimplência.

Diante da falta de modelos estatísticos consagrados e ajustados para o mercado brasileiro, utilizamos os ratings divulgados pelas agências especializadas neste assunto para avaliar o risco de crédito dos investimentos.

Para os limites deste risco, considera-se o risco de um título da dívida pública mobiliária federal como baixo risco de crédito.

Em relação às operações com participantes, é efetuado o acompanhamento periódico do nível de inadimplência das carteiras, ocasionando alterações nas regras de concessão e a realização de cobranças dos valores em aberto como forma de mitigar o risco de crédito da carteira.

4.2. RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado o risco de perdas em decorrência de oscilações nos preços dos ativos causados, majoritariamente, por mudanças em variáveis econômicas e financeiras, como taxa de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities. Em outras palavras, o risco de mercado manifesta-se quando o valor de uma carteira oscila em função de variações ocorridas nos preços dos ativos financeiros.

A gestão do risco de mercado é sustentada pelos limites contidos nas Políticas de Investimentos, as quais são transmitidas para os gestores dos fundos de investimentos de forma que a gestão dos recursos se mantenha, no conjunto, dentro dos patamares definidos.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A exposição ao risco de liquidez se dá em duas situações: Na primeira, se relaciona com a possibilidade de não haver recursos suficientes para fazer jus a uma obrigação financeira em alguma data necessária.

A segunda situação está associada ao risco de se possuir ativos em montante necessário para o cumprimento de uma obrigação, contudo, ao tentar transformá-lo em caixa, o valor obtido com a sua venda pode ser inferior ao pretendido em função da conjuntura do mercado de capitais ou mesmo do volume financeiro que se pretende conseguir com a venda. Deve-se atentar ao fato de que a falta de liquidez e solvência podem coexistir, pois é possível ter ativos suficientes para pagar uma obrigação, sem a possibilidade de transformá-lo em caixa no prazo necessário.

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante do IcatuFMP e, como prudência, pode ensejar a alteração do percentual de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção desta política e monitoramento dos ativos ilíquidos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdências no curto prazo.

4.4. RISCO DE SOLVÊNCIA

O risco de solvência se aplica aos planos com parcelas de benefício definido em sua composição e são caracterizados pela possibilidade de o valor presente dos ativos garantidores serem inferiores, em valor monetário, ao valor presente das obrigações.

A gestão desse risco se dá através da realização de estudos de casamento de ativos e passivos (Asset Liability Management – ALM) revistos anualmente com base nos cenários econômicos e respectivas Política de Investimentos e fluxos do passivo, estes característicos de cada Plano de Benefícios.

4.5. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional está relacionado aos seguintes aspectos inerentes às atividades da Entidade:

- Capacidade de perfeita execução das rotinas e atividades;
- Estrutura física e tecnológica;
- Manutenção da continuidade das operações da Entidade em casos extremos, como falta de luz ou de ocorrência de incêndio;
- Aderência e respeito às normas, regras e legislação vigentes;

Este risco está relacionado à possibilidade de falha, intencional ou não, durante a execução das atividades da Entidade bem como da observância e cumprimento das regras aplicáveis.

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados semestralmente através da avaliação dos processos de transmissão de informações e procedimentos operacionais, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos. Como resultado desse mapeamento, são elaborados planos de ação destinados a mitigar os riscos dessa natureza.

Os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos do IcatuFMP são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. Os riscos são identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto na Entidade. É realizada também a avaliação de eficácia dos respectivos controles.

Com o objetivo de se adequar às determinações da Resolução CGPC nº 13/2004, o IcatuFMP utiliza um sistema de avaliação de riscos e controles, sendo a ferramenta e a metodologia empregada adquiridas da empresa de consultoria Junqueira de Carvalho & Murgel Consultores Associados. O mencionado sistema tem como finalidade principal identificar, classificar, medir, controlar e monitorar os riscos da Entidade, bem como servir de ferramenta para fundamentar as conclusões dos relatórios de controles internos emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme estabelece o artigo 19 da citada norma.

A matriz de risco é dividida entre os principais macroprocessos da Entidade: Suporte ao Negócio, Novas Propostas, Obrigações Legais, Transferência de Gerenciamento, Contábil e Fiscal, Investimentos, Financeiro, Benefícios e Resgate, Arrecadação, Novo Plano, Adesão de Nova Patrocinadora, Divulgação e Atendimento. As medições dos riscos e dos controles são feitas por usuários aptos a captar os riscos inerentes e a identificar os controles preventivos associados aos citados riscos e ocorrem seguindo as orientações e critérios estipulados no Manual da Metodologia do Sistema da consultoria.

As matrizes de risco e controles consistem em eficazes ferramentas de monitoramento, além de serem utilizadas no assessoramento e controle de diversas áreas e órgãos estatutários tais como Compliance, Controles Internos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, servindo igualmente como instrumento de implementação da gestão baseada em risco.

4.6. RISCO LEGAL E COMPLIANCE

É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis, regulamentações e/ou Políticas e procedimentos formais. Pode ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos, riscos de fraudes, risco de descumprimento do Regulamento dos Planos de Benefícios e do Estatuto Social, risco de inadequação do provisionamento das contingências judiciais ou risco com órgãos reguladores.

As áreas Jurídica e Compliance do Grupo Icatu Seguros contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como mitigar riscos legais e de Compliance nas operações da Entidade. Em relação ao acompanhamento e tratamento da legislação do mercado, a área de Compliance é a responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações legais da Entidade por meio do Calendário de Obrigações e pela elaboração dos Planos de Ação junto às áreas para atendimento das novas legislações.

4.7. RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se relaciona com a ocorrência de eventos que possam afetar um sistema como um todo, que seja ele o sistema no qual se inserem as EFPC ou mesmo o sistema financeiro de um país. O controle deste risco, via de regra, não está ao alcance das Entidades ou agentes dos sistemas, restando a estes o acompanhamento dos marcos regulatórios aplicáveis e do comportamento das variáveis que influenciam a sua atividade.

5. DISPONÍVEL

As disponibilidades da Entidade apresentam a seguinte composição:

Disponibilidades	2019	2018
Disponível	13.812	8.648
Imediato	12.718	8.494
Vinculado	1.094	154
(-) Saldo Credor (vide nota 9)	(10.688)	(5.631)
Total	3.124	3.017

6. GESTÃO PREVIDENCIAL - ATIVO

O Realizável da Gestão Previdencial da Entidade apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Patrocinadores	3.951	4.711
Contribuições do mês	3.372	4.066
Contribuições sobre 13º Salário	579	645
Participantes	3.605	3.661
Contribuições do mês	3.110	3.274
Contribuições sobre 13º Salário	495	387
Outros recursos a receber	3	22
Aporte de Novos Planos	-	5
Bloqueio Judicial	3	3
Direitos a receber	-	14
Outros realizáveis	5.854	10.970
Tributos a Recuperar	50	169
Benefício/Resgates pago a maior	28	-
Outras Contas a Receber ⁽¹⁾	5.776	10.801
Depósitos Judiciais (Nota 10.4)	272	264
Total	13.685	19.628

⁽¹⁾ Recebimentos diversos cujas principais composições são:

- R\$ 4.515 Fluxo de quotização entre patrocinadoras compensado dentro do plano em conta de passivo (vide item 8 C);
- R\$ 329 (R\$ 5.902 em 2018) referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente (vide item 8 B);
- R\$ 720 Valores de transferência entre plano e PGA que as baixas entre os disponíveis não foram realizadas sem o fluxo zero entre eles. (Quadro 9, linha "Gestão Administrativa"); e
- R\$ 212, referente a outros valores a receber classificados nos planos do FMP.

7. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA - ATIVO

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, a Entidade elaborou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

A seguir apresentamos o Realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2019	2018
Contas a Receber	4.966	2.809
Contribuições para Custeio	359	631
Outros Recursos a Receber ⁽¹⁾	4.607	2.178
Depósitos Judiciais / Recursais (Nota 9.4)	5.957	5.157
Outros Realizáveis	43	232
Total	10.966	8.198

⁽¹⁾ Recebimentos diversos cujos principais componentes são:

- R\$ 1.953, referente a valores a recuperar de pagamento de Seguro Saúde dos Assistidos pago a maior;
- R\$ 120, referente a tributo a recuperar;
- R\$ 2.513, Referente a repasse plano e PGA onde as respectivas baixas ocorrem no mês seguinte ou no mês de pagamento (vide item 8 A); e
- R\$ 21 referente a outros valores a receber registrados nos planos do FMP.

8. INVESTIMENTOS – ATIVO

A seguir apresentamos a distribuição dos investimentos nos exercícios de 2019 e 2018:

Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimentos	2.575.152	98,86%	2.427.844	98,85%
Ações	109.017	4,19%	76.336	3,11%
Renda Fixa	298.288	11,45%	250.668	10,21%
Multimercado	2.167.847	83,22%	2.100.840	85,54%
Empréstimos e Financiamentos	8.277	0,32%	7.650	0,31%
Empréstimos	9.969	0,38%	9.150	0,37%
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.692)	-0,06%	(1.500)	-0,06%
Investimentos / Depósitos Judiciais/Rekursais	21.375	0,82%	20.575	0,84%
Dep. Judicial Investimento	13.826	0,53%	13.826	0,56%
Atualização	7.549	0,29%	6.749	0,27%
Total do Realizável dos Investimentos	2.604.804	100,00%	2.456.069	100,00%

Os valores das aplicações em fundos de investimentos foram obtidos com base nos valores das quotas divulgados pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

8.1. FUNDOS EXCLUSIVOS E NÃO EXCLUSIVOS

A Entidade possui em sua carteira de investimentos, fundos exclusivos e não exclusivos. A segregação dos ativos da carteira entre as categorias “para negociação” e “mantido até o vencimento” está demonstrada a seguir:

Fundos de Investimento	2019			2018		
	Negociação	Vencimento	TOTAL	Negociação	Vencimento	TOTAL
Fundos de Investimento - Exclusivos						
Fundo de Renda Fixa	11.796	43.460	55.256	9.728	43.330	53.058
Fundo Multimercado	826.792	126.218	953.010	1.292.084	164.163	1.456.247
Sub-Total	838.588	169.678	1.008.266	1.301.812	207.493	1.509.305
Fundos de Investimento - Não Exclusivos						
Fundo de Renda Fixa	243.032	-	243.032	197.614	-	197.614
Fundo Multimercado	1.169.175	45.662	1.214.837	644.589	-	644.589
Fundo de Ações	109.017	-	109.017	76.336	-	76.336
Sub-Total	1.521.224	45.662	1.566.886	918.539	-	918.539
Total	2.359.812	215.340	2.575.152	2.220.351	207.493	2.427.844

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e faixas de vencimento dos ativos constantes nos Fundos Exclusivos:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO	2019								
	Negociação			Vencimento					
Renda Fixa									
Títulos Públicos Federais	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	
LFT	32.953	236.690	42.120	-	-	-	-	311.763	
LTN	9.127	6.204	-	-	-	-	-	15.331	
NTNB	22.557	458.432	276.733	-	3.209	30.230	139.935	931.096	
NTNC	-	-	7.973	-	-	-	41.966	49.939	
NTNF	-	1.074	224	-	-	-	-	1.298	
Operação Compromissada	8.413	225.244	7.092	-	-	-	-	240.749	
Sub-Total	73.050	927.644	334.142	-	3.209	30.230	181.901	1.550.176	
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	
CCI	-	-	-	-	-	-	-	-	
CDB	6.326	4.156	-	-	-	-	-	10.482	
CRI	-	2.621	-	-	-	-	-	2.621	
Debênture	11.364	152.381	53.947	-	-	-	-	217.692	
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras e Cédulas de Crédito Imobiliário	(469)	-	454	15	-	-	-	-	
Letra Financeira	54.311	72.516	4.716	-	-	-	-	131.543	
Letra Financeira Subordinada	32	15.563	20.331	-	-	-	-	35.926	
Nota Promissória	1.158	5.767	-	-	-	-	-	6.925	
Direito Creditório	-	-	-	52.643	-	-	-	52.643	
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sub-Total	72.722	253.004	79.448	52.658	-	-	-	457.832	
Cotas de Fundos de Investimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	
Sub-Total	-	-	-	168.022	-	-	-	168.022	
Renda Variável	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	
Ações	-	-	-	257.059	-	-	-	257.059	
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	109.324	-	-	-	109.324	
Sub-Total	-	-	-	366.383	-	-	-	366.383	
Outros Valores Mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	
Derivativos	-	-	-	18.299	-	-	-	18.299	
Caixa	-	-	-	14.440	-	-	-	14.440	
Sub-Total	-	-	-	32.739	-	-	-	32.739	
Total investimentos	145.772	1.180.648	413.590	619.802	3.209	30.230	181.901	2.575.152	

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO		2018							Total
		Negociação			Vencimento				
Renda Fixa		Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Títulos Públicos Federais									
LFT		18.261	355.353	19.496	-	-	-	-	393.110
LTN		33.047	6.307	-	-	-	-	-	39.354
NTNB		56.726	348.511	234.939	-	1.501	6.413	159.901	807.991
NTNC		-	-	6.974	-	-	-	39.677	46.651
NTNF		-	1.007	313	-	-	-	-	1.320
Operação Compromissada		73.287	167.647	92.182	-	-	-	-	333.116
Sub-Total		181.321	878.825	353.904	-	1.501	6.413	199.578	1.621.542
Títulos Privados									
CCI		-	-	-	-	-	-	-	-
CDB		24.030	151	-	-	-	-	-	24.181
CRI		-	793	3.621	-	-	-	-	4.414
Debênture		14.405	102.641	24.334	-	-	-	-	141.380
DPGE		-	-	-	-	-	-	-	-
Letras e Cédulas de Crédito Imobiliário		-	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira		17.117	100.884	-	-	-	-	-	118.001
Letra Financeira Subordinada		2.005	9.192	21.596	-	-	-	-	32.793
Nota Promissória		13	4.845	-	-	-	-	-	4.858
Direito Creditório		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações		-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total		57.570	218.506	49.551	-	-	-	-	325.627
Cotas de Fundos de Investimento									
Sub-Total		-	-	-	262.624	-	-	-	262.624
Renda Variável									
Ações		-	-	-	221.630	1	-	-	221.631
Cotas de Fundos de Investimento		-	-	-	3.625	-	-	-	3.625
Sub-Total		-	-	-	225.255	1	-	-	225.256
Outros Valores Mobiliários									
Derivativos		-	-	-	7.835	-	-	-	7.835
Caixa		-	-	-	(15.040)	-	-	-	(15.040)
Sub-Total		-	-	-	(7.205)	-	-	-	(7.205)
Total investimentos		238.891	1.097.331	403.455	480.674	1.502	6.413	199.578	2.427.844

8.2. HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Investimentos por Nível	2019				2018			
	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Total	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Total
Títulos								
LFT	311.763	-	-	311.763	393.110	-	-	393.110
LTN	15.331	-	-	15.331	39.354	-	-	39.354
NTNB	931.096	-	-	931.096	807.991	-	-	807.991
NTNC	49.939	-	-	49.939	46.651	-	-	46.651
NTNF	1.298	-	-	1.298	1.320	-	-	1.320
Operação Compromissada	240.749	-	-	240.749	333.116	-	-	333.116
CDB	10.482	-	-	10.482	24.181	-	-	24.181
Debênture	217.692	-	-	217.692	141.380	-	-	141.380
Letra Financeira	131.543	-	-	131.543	118.001	-	-	118.001
Letra Financeira Subordinada	35.926	-	-	35.926	32.793	-	-	32.793
Cotas de Fundos de Investimento	-	329.989	-	329.989	-	266.249	-	266.249
Outras Aplicações	-	-	299.344	299.344	-	-	223.698	223.698
Empréstimos e Financiamentos	-	-	8.277	8.277	-	-	7.650	7.650
Total	1.945.819	329.989	307.621	2.583.429	1.937.897	266.249	231.348	2.435.494

8.3. TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

O quadro a seguir apresenta a composição dos papéis mantidos até o vencimento, registrados na carteira de fundos exclusivos da Entidade, comparados com seus respectivos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Títulos Mantidos até o Vencimento	2019		2018	
	Valor A Mercado	Valor Contábil	Valor A Mercado	Valor Contábil
NTN-B	267.544	173.374	218.417	167.816
NTN-C	56.631	41.966	49.513	39.677
Total	324.175	215.340	267.930	207.493

8.4. INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE PLANO

Plano de Benefício	Contribuição Definida		Contribuição Variável		Benefício Definido		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Segmentos de Investimento								
Renda Fixa	850.323	883.185	997.001	924.896	275.216	251.443	2.122.540	2.059.524
Renda Variável	192.501	153.269	188.742	141.309	5.686	11.693	386.929	306.271
Estruturados	49.283	52.733	7.892	169	4.546	-	61.721	52.902
Imobiliário	2.621	4.414	-	-	-	-	2.621	4.414
Exterior	1.340	967	-	3.766	-	-	1.340	4.733
Empréstimos e Financiamentos	7.896	7.172	-	-	381	478	8.277	7.650
Total dos Investimentos	1.103.966	1.101.740	1.193.635	1.070.140	285.829	263.614	2.583.429	2.435.494

8.5. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

A carteira consolidada, líquida da provisão para crédito de liquidação duvidosa possui o montante de R\$ 8.277 (R\$ 7.650 em 2018). A Entidade mantém provisão referente a créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.692 (R\$ 1.500 em 2018), para fazer face a eventual inadimplência na carteira de empréstimos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

2019					
Modalidade	Valor (R\$ MIL)	(%)	Quantidade	Provisão para Perda	Posição
CD	9.455	95%	517	(1.559)	7.896
BD	514	5%	32	(133)	381
Total	9.969	100%	549	(1.692)	8.277

2018					
Modalidade	Valor (R\$ MIL)	(%)	Quantidade	Provisão para Perda	Posição
CD	8.561	94%	518	(1.389)	7.172
BD	589	6%	31	(111)	478
Total	9.150	100%	549	(1.500)	7.650

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional representa as operações correntes dos planos administrados pela Entidade, conforme segue:

Exigível Operacional	2019	2018
Gestão Previdencial	11.029	14.259
Benefícios a Pagar	1.959	2.151
Retenções a Recolher	1.676	2.101
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	7.394	10.007
Gestão Administrativa	1.804	2.363
Contas a Pagar	1.478	1.901
Retenções a Recolher	70	78
Compromissos a pagar	236	283
Obrigações Tributárias	20	101
Investimentos	10.840	5.753
Empréstimos e Financiamentos	151	122
Relacionadas com o Disponível	10.689	5.631
Total	23.673	22.375

⁽¹⁾ Obrigações diversas a pagar da Gestão Previdencial cujos principais componentes são:

- R\$ 2.513 (R\$ 3.800 em 2018), referente ao repasse de custeio administrativo do Plano para o PGA, cujo registro existe em igual valor no ativo da Gestão Administrativa nas contas de recebimento de contribuição para custeio e outros recursos a receber. (Vide item 7 C).
- R\$ 329 (R\$ 5.902 em 2018), referente a alteração de reserva CD entre perfis, cuja transferência ocorre no mês subsequente. Trata-se de operações transitórias e, portanto, existe o registro de igual valor no ativo. (Vide item 6 B).
- R\$ 4.515 (R\$ 5.902 em 2018), referente a alteração de reserva CD entre perfis, cuja transferência ocorre no mês subsequente. Trata-se de operações transitórias e, portanto, existe o registro de igual valor no ativo. (Vide item 6 A); e
- R\$ 37, referente a outros valores a pagar pertinentes aos planos do FMP.

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações cíveis e por órgãos fiscalizadores e/ou reguladores em ações fiscais. Essas contingências são avaliadas por escritórios jurídicos terceirizados que representam o IcatuFMP em tais demandas, levando em consideração a probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidação das obrigações, sendo estimados os montantes. Os processos judiciais e suas classificações são revisados periodicamente pelo Jurídico.

10.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Com relação aos processos cíveis relacionados a gestão previdencial, cujos principais pedidos são expurgos inflacionários e revisão de benefícios, possuímos o valor atualizado de R\$5.740 (R\$6.113 em 2018). Atendendo as melhores práticas contábeis e conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, os processos classificados com a perda provável são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação e representam o montante de R\$796 (R\$1.049 em 2018), dentro deste montante existem processos relacionados as ações coletivas, no valor de R\$129 (R\$422 em 2018). Contudo, este não corresponde ao valor em risco já que não foi possível ainda identificar os participantes atrelados ao IcatuFMP.

Os processos cuja classificação de perda é possível são objeto de menção nesta nota e correspondem ao montante de R\$4.663 (R\$4.784 em 2018). Já aqueles cuja classificação de perda é remota são objeto de menção nesta nota e correspondem ao montante de R\$202 (R\$280 em 2018). O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a quantia de R\$272 (R\$264 em 2018).

O MS nº 00004152820114025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. A sentença foi desfavorável e estamos aguardando julgamento da apelação. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$1.934 (R\$1.866 em 2018) e a probabilidade de perda é provável.

A Execução Fiscal 05031294020074025101 tem como exequente a Fazenda Nacional e como executada a Canadá Life Fundo de Pensão. Nela se executa débitos de IRPJ, PASEP, PIS e COFINS, inscritos em dívida ativa. Tendo em vista a incorporação da Canadá Life Fundo de Pensão pelo IcatuFMP, foi solicitada a substituição do polo passivo para constar o IcatuFMP como sucessora.

A sentença foi desfavorável. Estamos aguardando julgamento da apelação. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$367 (R\$355 em 2018) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

10.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O MS nº 00850189220154025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a Lei nº12.973/14. Estamos efetuando depósito judicial mensal dos valores com período de apuração a partir de janeiro de 2015. A sentença foi desfavorável. Estamos aguardando julgamento da apelação. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$2.602 (R\$1.921 em 2018) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

Os MS nº 200234000046400 (00046374320024013400) e 200661000127052 (00127053420064036100) foram impetrados pela Previkodak em face da União Federal para discutir PIS e COFINS, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. Sentença e apelação desfavoráveis. Estamos aguardando julgamento do Recurso Especial e Extraordinário. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$946 (R\$911 em 2018) e a probabilidade de perda é possível.

10.3. GESTÃO INVESTIMENTOS

A ação ordinária 200234000046743 e as cautelares 200234000022477 (00022652420024013400), 200334000282858 (00282635720034013400), e 200234000022450 (00022635420024013400) que têm como autora a Previkodak e como ré a União Federal, objetiva a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue a Previkodak ao pagamento de imposto de renda já que a Entidade é proibida por lei de auferir lucro, bem como a declaração de que a entidade possui imunidade desde sua criação até junho de 1999 e a inconstitucionalidade dos artigos 5º, parágrafo 1º e 8º da Medida Provisória 25/2002. Na ação ordinária, a decisão foi desfavorável e aguarda-se admissibilidade do Recurso Especial e Extraordinário. No segundo caso, a decisão foi favorável e aguarda-se a admissibilidade do Recurso Especial e Extraordinário. No terceiro, a decisão foi desfavorável e aguarda-se o julgamento da apelação. No último processo mencionado, houve o trânsito de decisão desfavorável e aguarda-se a conversão em renda em favor da União. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$21.375 (R\$20.575 em 2018) e a probabilidade de perda é possível e remoto.

10.4. PROBABILIDADE DE PERDA DAS CAUSAS CÍVEIS E FISCAIS

Probabilidade de Perda das Causas Cíveis e Fiscais

Causas Cíveis

Probabilidade de Perda	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽¹⁾	38	875	870	43	1.049	807
Possível	32	4.663	-	43	4.784	-
Remoto	18	202	-	22	280	-
Total	88	5.740	870	108	6.113	807

Causas Fiscais – Administrativas

Probabilidade de Perda	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽²⁾	1	5.633	5.633	1	4.854	4.854
Possível ⁽³⁾	4	1.407	367	4	1.150	355
Remoto	-	-	-	-	-	-
Total	5	7.040	6.000	5	6.004	5.209

Causas Fiscais - Investimentos

Probabilidade de Perda	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	1	21.375	21.375	2	14.346	20.322
Possível	2	605	-	6	1.587	1587
Remoto	2	343	-	2	343	343
Total	5	22.323	21.375	10	16.276	22.252

⁽¹⁾ O valor provisionado difere do valor estimado do risco devido a causas coletivas/indivisíveis movidas por Sindicatos.

⁽²⁾ Processo relativo ao PIS/COFINS, cujo provisionamento segue os valores a serem depositados judicialmente conforme liminar.

⁽³⁾ Processo relativo à Execução Fiscal da extinta Canadá Life Fundo de Pensão, cuja provisão administrativa foi realizada em função da transferência de gerenciamento de um dos planos administrados pela Entidade.

A Entidade apresenta depósitos judiciais relacionados às causas cíveis e fiscais conforme demonstramos abaixo:

Causas	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	6	272	264
Fiscais - Administrativo	7	5.957	5.156
Fiscais - Investimento	10.4	21.375	20.575
Total		27.604	25.995

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários de cada plano, considerando as características peculiares dos regulamentos dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As mutações das reservas matemáticas estão demonstradas como segue:

Provisão Atuarial	2019	Mutação	2018
Provisões Matemáticas	2.387.057	114.365	2.272.692
Benefícios Concedidos	965.851	50.313	915.538
Contribuição Definida	777.262	47.403	729.859
Saldo de Contas dos Assistidos	777.262	47.403	729.859
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	188.589	2.910	185.679
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	142.110	1.689	140.421
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	46.479	1.221	45.258
Benefícios a Conceder	1.433.649	61.275	1.372.374
Contribuição Definida	1.384.171	63.399	1.320.772
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es)	664.224	44.953	619.271
Saldo Patrocinador (es) – Serviço Passado a Integralizar	193	(73)	266
Saldo de Contas – Parcela Participantes	719.754	18.519	701.235
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	44.866	(2.911)	47.777
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	68.661	(1.729)	70.390
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(15.880)	(467)	(15.413)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(7.915)	(715)	(7.200)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.612	787	3.825
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.224	774	5.450
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.123)	279	(1.402)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(489)	(266)	(223)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(12.443)	2.777	(15.220)
(-) Serviço Passado	(345)	546	(891)
(-) Patrocinador (es)	(152)	473	(625)
(-) Serviço Passado a constituir CD	(193)	73	(266)
(-) Déficit Equacionado	(13.490)	(983)	(12.507)
(-) Patrocinador (es)	(13.490)	(983)	(12.507)
(+/-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinária	1.392	3.214	(1.822)
(+/-) Patrocinador (es)	1.392	3.214	(1.822)

De acordo com as legislações em vigor, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial anual demonstraram adequação e aderência às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios, bem como à rentabilidade projetada dos recursos garantidores relacionados aos benefícios atuariais e ao fluxo de receitas e despesas, conforme seus respectivos estudos específicos:

- Estudo específico de aderência e adequação da taxa real de juros, comprovando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios. O estudo foi elaborado por consultorias externas e independentes.

- Estudo específico de aderência e adequação das demais hipóteses atuariais, comprovando a aderência dessas hipóteses em um período histórico de, no mínimo, três exercícios. O estudo foi elaborado por consultorias atuariais externas e independentes.

Os referidos estudos foram elaborados em consonância com a Resolução CGPC nº 18/2006 e suas alterações, com base nos documentos apresentados pelas consultorias atuariais, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e acompanhados de Parecer do Conselho Fiscal.

11.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR – SERVIÇO PASSADO

Em atendimento ao ofício 182/ERRS/PREVIC, dos planos Springer e Otis de benefícios, é registrado o valor total da contribuição especial de cada participante, em uma subconta do grupo de “reserva matemática a constituir de serviço passado” e em contrapartida a este, o registro na conta de benefícios a conceder intitulada “reserva de serviço passado a integralizar”, com o objetivo de atender à solicitação e não gerar um superávit fictício nos planos. Tais contas registram mensalmente os valores das contribuições especiais recolhidos pela Patrocinadora e serão atualizados anualmente no mês de junho.

Abaixo demonstração da contabilização do processo citado acima:

Provisões matemáticas a constituir - Serviço Passado	2019	
	Plano de Benefícios Otis	Plano de Benefícios Springer
Benefícios a conceder	135	57
Contribuição definida	135	57
Provisões matemáticas a Constituir	(135)	(57)
(-) Serviço Passado	(135)	(57)

11.2. DÉFICIT EQUACIONADO

Ao fim do exercício de 2016, para os planos que se encontram em déficit e, sendo este déficit superior do limite definido pela legislação, foram estruturados, com base nas Resoluções CGPC nº 18/2006, nº 26/2008, planos de equacionamento para este déficit, atendendo à legislação vigente.

Desta forma, este equacionamento será realizado através de contribuições extraordinárias das patrocinadoras e/ou pela utilização do Fundo de Reversão de saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível. O prazo de equacionamento varia de acordo com cada plano, sendo em média de 12 anos.

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados em resultados realizados.

A composição da conta resultados realizados e a respectiva movimentação no exercício está descrita a seguir:

Saldos	2019	2018
Saldo no exercício anterior	61.620	62.579
Entrada ou Saída	17.157	(959)
Saldo no exercício atual	78.777	61.620

13. FUNDOS

Os fundos apresentam saldos em 2019 e 2018 e são classificados conforme abaixo:

Fundos	2019	2018
Fundos Previdenciais	116.998	100.248
Fundos Administrativos	8.517	7.340
Saldo no exercício atual	125.515	107.588

As mutações estão demonstradas como segue:

Saldos	Fundos Previdenciais	Fundos Administrativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.248	7.340	107.588
Constituição de fundos	16.750	1.177	17.927
Saldos em 31 de dezembro de 2019	116.998	8.517	125.515

Os fundos de natureza previdenciais são compostos por:

Descrição	2019	2018
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	46.929	40.579
Revisão de Plano	63.713	54.149
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	6.356	5.520
Total de Fundos Previdenciais	116.998	100.248

14. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS – MIGRAÇÕES

As operações relativas às movimentações entre planos de benefícios e patrocinadoras estão demonstradas como segue:

Planos	2019		2018	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental	119.318	119.318	1.842	1.842
Plano de Benefícios AT&T GNS	10.788	10.788	14.723	14.723
Plano de Benefícios Carestreamprev	15.821	15.821	10.699	10.699
Plano de Benefícios Previkodak	42.567	42.567	9.039	9.039
Plano de Aposentadoria Metalsa	-	-	180	180
Plano de Aposentadoria Sabic	206	206	6.687	6.687
Plano de Benefícios Keysight	3.632	3.632	441	441
Plano de Benefícios CMSPREV	-	-	105	105
Plano de Aposentadoria Xprev CD	31.211	31.211	59.751	59.751
Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros	14.072	14.072	2.347	2.347
Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.	631	631	74	74
Plano de Benefícios TIMPrev Sul	4.833	4.833	-	-
Total	243.079	243.079	105.888	105.888

15. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas as Entidades caracterizadas em virtude da significativa participação nas operações e na administração do IcatuFMP.

Sumário das transações:

	2019		2018	
	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	(1.207)	(9.419)	(1.507)	(7.772)
	(1.207)	(9.419)	(1.507)	(7.772)

As operações com partes relacionadas referem-se a:

- Prestação de Serviços:

A Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda, é prestadora de Serviços do IcatuFMP, cuja contraprestação financeira é liquidada mensalmente. O montante desta Despesa em 2019 foi de R\$ 9.419 (R\$ 7.772 em 2018). Tais serviços são realizados em condições definidas em contrato firmado entre as partes.

A Icatu Gestão Patrimonial Ltda. e a Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda., são gestores de fundos de investimentos e aqui conceituadas partes relacionadas em razão da relevante alocação de recursos (acima de 50% do Patrimônio do IcatuFMP). A contraprestação financeira desta prestação de serviços é liquidada diretamente dos fundos de investimentos através de percentuais de taxa de administração e performance, quando aplicável, cobradas pelos administradores fiduciários.

- Influência Administrativa:

A Icatu Seguros S/A., os membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria Executiva; a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda., e Administradores, são aqui denominados partes relacionadas independentemente da existência de contraprestação financeira, em função exclusiva de suas responsabilidades junto aos órgãos de administração do IcatuFMP, conforme previsão estatutária, especialmente em relação aos membros do pessoal chave da administração, ressaltando ainda, que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico.

16. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A Instrução PREVIC nº19/2015 disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de que acionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada nas respectivas avaliações atuariais e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos dos planos elegíveis em 31 de dezembro de 2019 resultou em um valor positivo de R\$ 2.766 (R\$1.633 em 2018), conforme demonstrativo a seguir:

2019					
Título Público	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil - R\$ mil	Valor Ajustado pela taxa atuarial - R\$ mil	Valor Ajuste de Precificação - R\$ mil
NTN-B	15/08/2020	960	3.209	3.225	16
NTN-B	15/08/2022	587	1.955	1.993	38
NTN-B	15/05/2023	460	1.507	1.546	39
NTN-B	15/08/2024	3.372	11.286	11.559	273
NTN-B	15/08/2030	870	2.848	3.051	202
NTN-B	15/08/2030	1.500	4.926	5.260	334
NTN-B	15/05/2035	25	80	88	7
NTN-B	15/05/2035	2.100	6.742	7.359	617
NTN-B	15/08/2040	1.547	5.118	5.557	439
NTN-B	15/05/2045	1.117	3.519	3.990	471
NTN-B	15/08/2050	713	2.270	2.598	328
Total		13.251	43.460	46.226	2.766

2018						
Título Público	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil - R\$ mil	Valor Ajustado pela taxa atuarial - R\$ mil	Valor Ajuste de Precificação - R\$ mil	
NTN-B	15/05/2019	472	1.501	1.503		2
NTN-B	15/08/2020	565	1.816	1.829		13
NTN-B	15/08/2020	395	1.269	1.279		9
NTN-B	15/08/2022	587	1.880	1.909		29
NTN-B	15/05/2023	460	1.449	1.477		29
NTN-B	15/08/2024	3.372	10.871	11.008		137
NTN-B	15/08/2030	870	2.740	2.867		127
NTN-B	15/08/2030	1.500	4.739	4.943		204
NTN-B	15/05/2035	25	77	82		4
NTN-B	15/05/2035	2.100	6.488	6.860		372
NTN-B	15/08/2040	1.547	4.929	5.146		218
NTN-B	15/08/2045	1.117	3.387	3.676		289
NTN-B	15/08/2050	713	2.185	2.385		200
Total		13.723	43.330	44.962		1.633

O Plano de Benefícios BD Lanxessprev no exercício de 2019 apresentou-se com déficit contábil de R\$ 5.604 (R\$ 2.664 em 2018). Tendo em vista o seu plano de equacionamento, faz-se necessária a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apuração do equilíbrio Técnico Ajustado	2019	2018
a) Equilíbrio Técnico	(5.604)	(2.664)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	(2.766)	(1.633)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(2.838)	(1.031)

17. ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação dos planos de benefício definido e contribuição definida no Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Conta	2019	2018
Participação Plano de Gestão Administrativa	8.517	7.340
Participação no Fundo Administrativo PGA	8.517	7.340
Superávit Técnico Acumulado	5.776	2.724
(-) Déficit Técnico Acumulado	(5.776)	(2.724)

18. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O IcatuFMP tem na sua composição 39 planos, destes 15 são da modalidade de Contribuição Definida, 17 da modalidade de Contribuição Variável e 07 da modalidade de Benefício Definido, cujo resultado acumulado do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 17.157 gerando um resultado técnico acumulado de R\$ 78.777, sendo composto por R\$ 22.582 de Reserva de Contingência e R\$ 56.195 de Reserva Especial para Revisão do Plano.

No encerramento do exercício de 2019 apresentou no resultado dos investimentos líquido de R\$ 329.595 (R\$ 224.903 em 2018). Todos os índices de referência que regem as Políticas de Investimentos, em 2019, obtiveram retornos positivos. O ano de 2019 foi marcado por um forte processo desinflacionário no Brasil. O crescimento começou a mostrar sinais mais consistentes de recuperação, assim como o mercado de trabalho. As contas externas do país apresentaram acentuada recuperação, catapultadas por uma robusta balança comercial e por investimentos

estrangeiros diretos extremamente robustos. As contas públicas (ou quadro fiscal) ainda é uma fonte de preocupação grande a longo-prazo, mas avanços significativos foram atingidos na agenda econômica local. Este ambiente permitiu que o Banco Central continuasse um processo agressivo de corte da Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Neste contexto o IBrX apresentou valorização de 29,16%. Diante dessa conjuntura, todos os planos do IcatuFMP foram impactados positivamente, com destaque, para a parcela de investimentos em renda variável.

19. RETIRADA DE PATROCÍNIO EM CONJUNTO COM DISTRIBUIÇÃO DE SUPERÁVIT

O Precin - Plano de Previdência Complementar Industrial, plano na modalidade de benefício definido, cadastrado sob o CNPB sob o nº 1988.0005-56, está em processo de retirada de patrocínio, por decisão das patrocinadoras, notificada à Entidade em 08 de julho de 2019. Sendo assim, irá distribuir o superávit no momento do pagamento das reservas de retirada de patrocínio aos participantes, assistidos e patrocinadoras, seguindo as regras dispostas na Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013. A Previc foi comunicada sobre o processo em 12 de agosto de 2019 e o protocolo do processo ocorrerá até 30 de abril de 2020, conforme autorizado por aquela autarquia através do Despacho nº 0265888 de 30 de janeiro de 2020, que concedeu maior prazo para providências quanto aos documentos necessários para instrução do processo de retirada de patrocínio e concordou com a data-base de 31 de outubro de 2019, estabelecida de comum acordo entre a entidade e os patrocinadoras.

20. EVENTO SUBSEQUENTE À DATA-BASE

Com o advento da Covid-19 – doença causada pelo novo Corona vírus – considerada pela Organização Mundial da Saúde - OMS - uma pandemia, que já infectou mais de 245 mil pessoas no mundo desde o final do ano 2019 – a economia global está sofrendo impactos decorrentes de medidas adotadas pelos governos de vários países para controle do surto. Dentre essas medidas, podemos citar isolamento de cidades inteiras, interrupção do transporte público, suspensão de serviços considerados não essenciais, fechamento de escolas e universidades, adoção de trabalho remoto, eventos esportivos, shows, espetáculos e qualquer tipo de ocasião que possa juntar aglomerações estão sendo cancelados ou adiados, proibição de entrada de estrangeiros no país, dentre outras.

Diante disso, a economia global pode crescer na taxa mais baixa desde 2009, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. As principais bolsas de valores do mundo estão enfrentando recordes negativos mesmo após vários bancos centrais anunciarem medidas para tentar conter os impactos na economia. E, nesse cenário, surgem dúvidas quanto à eficácia de eventuais medidas de estímulo econômico, afinal, não há crédito extra que resolva um ambiente onde não há consumo ou demanda de serviços em razão de um problema de saúde pública.

Segundo a Secretaria de Política Econômica -SPE do Ministério da Economia, ainda é cedo para precisar o impacto na economia do país para o ano de 2020, mas a IcatuFMP pode sofrer um impacto eventual de redução patrimonial, dado que a rentabilidade pode atingir índices negativos, caso a economia não apresente uma rápida recuperação.

A IcatuFMP, assessorada pelo Grupo ICATU, criou uma comissão de gerenciamento de crise e está em permanente monitoramento dos impactos dessa pandemia.

Abaixo os planos de benefícios que poderão sofrer impactos pela exposição ao segmento de renda variável, a estimativa foi realizada com fechamento da Bovespa em 23/03/2020:

PLANOS	Impactos	PLANOS	Impactos
Acrinor	-6,32%	Lufthansa	-6,72%
Ajinomoto	-8,22%	Keysight	-5,57%
Basell	-6,32%	Metalsa	-7,00%
BNY Mellon	0,93%	Otis	-11,33%
CARESTREAMPREV	-6,51%	Petroflex	-6,32%
CD XPREV	-6,53%	Precin	-2,10%
CMSPREV	-7,00%	Previkodak	-6,51%
Continental	-3,93%	Previnor CD	-6,28%
Copenor	-6,32%	Sabic	-7,21%
Dacarprev	-7,00%	Springer	-11,33%
Deten	-6,32%	Starret	-7,00%
FCC	-6,32%	TIMPrev Nordeste	-1,21%
GPC Química	-6,32%	TIMPrev Sul	-2,55%
Icatu	-3,82%	T-Systems	-7,97%
Intelig	-3,61%	ICTAU FMP Consolidado	-5,92%

* * *

Sergio Egídio
Diretor Superintendente
CPF: 153.567.778-33

Marcos Celio Santos Nogueira
Contador
CRC/RJ: 089351/O-8
CPF: 991.742.787-20

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores do
Icatu Fundo Multipatrocinado
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do Icatu Fundo Multipatrocinado (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29 em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Icatu Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3

Relatório do Conselho Fiscal

Com base no resultado do seu trabalho, bem como fundamentado nas revisões, avaliações e Planos de Ação acima mencionados, o Conselho Fiscal considera e conclui que os resultados apresentados, relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019, têm grau de eficácia suficiente para garantir:

- A aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos;
- A aderência das premissas e hipóteses atuariais ao plano de benefícios; e
- A execução orçamentária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

Luiz Eduardo Edelsberg

Presidente

Heber Leal Marinho Wedemann

Conselheiro

Carlos Norberto Strelow

Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo

Certifico que, em reunião realizada no dia 30/03/2020, o Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 14 do Estatuto Social, analisou o relatório, balanço e as demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício social de 2019, juntamente com relatório da Ernst&Young Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, ambos sem ressalvas, deliberando, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as demonstrações contábeis e prestação de contas da Diretoria Executiva da Entidade relativas ao exercício social de 2019.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

Luciana da Silva Bastos

Presidente



Resultados do Plano em 2019

Demonstrações Contábeis e Financeiras do Plano

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	76.766	71.738	7%
1. Adições	9.239	8.443	9%
(+) Contribuições	40	112	-64%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.199	8.331	10%
2. Destinações	(3.469)	(3.415)	2%
(-) Benefícios	(3.429)	(3.303)	4%
(-) Custeio Administrativo	(40)	(112)	-64%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.770	5.028	15%
(+/-) Provisões Matemáticas	478	1.142	-58%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.470	2.157	15%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.822	1.729	63%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	82.536	76.766	8%
C) Fundos não previdenciais	89	50	78%
(+/-) Fundos Administrativos	89	50	78%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	83.359	77.752	7%
Disponível	59	235	-75%
Recebível	702	661	6%
Investimento	82.598	76.856	7%
Fundos de Investimento	82.328	76.551	8%
Empréstimos e Financiamentos	219	256	-14%
Depósitos Judiciais / Recursais	51	49	4
2. Obrigações	121	373	-68%
Operacional	74	328	-77%
Contingencial	47	45	4%
3. Fundos não Previdenciais	702	613	15%
Fundos Administrativos	702	613	15%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	82.536	76.766	8%
Provisões Matemáticas	46.396	45.918	1%
Superávit/Déficit Técnico	14.315	11.493	25%
Fundos Previdenciais	21.825	19.355	13%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	11.493	-100%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	-	11.493	-100%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	82.657	77.139	7%
1. Provisões Matemáticas	46.396	45.918	1%
1.1. Benefícios Concedidos	45.114	44.685	1%
Benefício Definido	45.114	44.685	1%
1.2. Benefício a Conceder	1.282	1.233	4%
Benefício Definido	1.282	1.233	4%
2. Equilíbrio Técnico	14.315	11.493	25%
2.1. Resultados Realizados	14.315	11.493	25%
Superávit Técnico Acumulado	14.315	11.493	25%
Reserva de Contingência	9.381	9.381	0%
Reserva para Revisão de Plano	4.934	2.112	134%
3. Fundos	21.825	19.355	13%
3.1. Fundos Previdenciais	21.825	19.355	13%
4. Exigível Operacional	74	328	-77%
4.1. Gestão Previdencial	39	316	-88%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	35	12	192%
5. Exigível Contingencial	47	45	4%
5.1. Gestão Previdencial	47	45	4%

Despesas Administrativas e com Investimentos do Plano

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2019	
(R\$ Mil)	427	100,00%
Despesas Diretas	338	79,20%
Treinamentos/Congressos	1	0,23%
Administradora de Planos	285	66,78%
Auditoria Externa	15	3,51%
Consultoria Jurídica	3	0,70%
Cartório	10	2,34%
PIS/COFINS	14	3,28%
Contribuição ABRAPP/ SINDAPP	1	0,23%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	5	1,17%
Tarifas Bancárias	4	0,94%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	89	20,80%
Despesas de Auditoria	3	0,73%
Taxa ANBID	3	0,77%
Taxa CETIP	28	6,47%
Taxa CVM	6	1,41%
Taxa de Administração	4	0,93%
Taxa de Gestão	44	10,25%
Taxa SELIC	1	0,23%

Informações Referentes ao Estatuto Social da Entidade e do Regulamento do Plano

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano.

O Estatuto e Regulamento vigentes estão disponíveis para consulta no site <https://portal.icatuseguros.com.br>, na área restrita ao Participante - Minha Conta - IcatuFMP. Caso ainda não possua login e senha de acesso, efetue seu cadastro através do site ou, se preferir, entre em contato com a Centro de Relacionamento pelo telefone 0800 285 3004 e solicite seu cadastro.

Informações Referentes a Política de Investimentos

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2019

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

05/12/2018

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Sergio Egidio

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO

O IcatuFMP utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas.

Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+,brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A alocação em ativos de renda fixa classificados como alto risco de crédito, conforme critério definido nesta política, será até 5% dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A exposição a ativos classificados como Alto Risco de Crédito será tolerada, dentro dos limites estabelecidos, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
	TOTAL SEGMENTO RF		88%	100%	98%	
Renda Fixa	Título Público Pré-fixado	IRFM	0%	30%	0%	IRFM
	Título Público Pós-fixado	CDI	0%	100%	11%	CDI
	Título Público Inflação (a Mercado)	IMA-B	0%	100%	0%	INPC + 5% a.a.
	Título Público Inflação (Marcados na Curva)	IMA-B	0%	100%	85%	INPC + 7% a.a.
	Crédito Privado	CDI	0%	30%	2%	CDI
	TOTAL SEGMENTO INV. EST.		0%	2%	0%	
Investimentos Estruturados	Fundo de Investimento em Participações	IBrX	0%	0%	0%	IBrX
	Fundo de Investimento Multimercado CVM	CDI	0%	2%	0%	CDI
Operações com Participantes	Empréstimos	INPC	0%	10%	2%	INPC + 6% a.a.

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2019 foi marcado pela continuidade do processo de desaceleração da atividade econômica global iniciado em 2018, combinado ao ambiente de elevação dos riscos relacionados à guerra comercial entre Estados Unidos e China, que levantaram dúvidas sobre uma possível recessão global. Este cenário levou os bancos centrais das principais economias desenvolvidas a mudarem o rumo da política monetária e adotarem uma postura mais acomodativa de forma a dar estímulos à economia, o que contribuiu para um relevante afrouxamento das condições financeiras ao longo do ano. O ambiente de juros e inflação baixos se tornou favorável a países emergentes, que seguiram o movimento e também iniciaram processos de cortes de suas taxas de juros.

Os riscos relacionados a um maior enfraquecimento da economia global e ao acirramento da guerra comercial e de outras tensões geopolíticas, como o Brexit, apesar de terem sido reduzidos no final do ano, o que levou à diminuição da aversão ao risco, permanecem no radar e mantêm o nível de incerteza elevado para o próximo ano. Soma-se a isso a eleição presidencial americana do ano que vem, que já começa a trazer ruídos. Os países emergentes devem apresentar crescimento maior que os desenvolvidos, que possuem pouco espaço para cortes de juros, o que aumenta cada vez mais as chances de necessitarem utilizar instrumentos fiscais para estimular a economia.

No Brasil, as expectativas de crescimento foram frustradas no início do ano e alguns eventos dificultaram ainda mais a retomada da atividade. A tragédia de Brumadinho e o cenário externo de desaceleração contribuíram com a fraqueza da Indústria. Os fundamentos do consumo também não foram capazes de dar o suporte esperado. A liberação de bilhões de reais das contas do FGTS, no entanto, deu impulso à economia e levou as expectativas de crescimento do PIB novamente para perto de 1%. O crédito manteve crescimento satisfatório, mas a recuperação do mercado de trabalho está sendo muito gradual. Essa letargia tem mantido o nível de ociosidade bastante elevado, o que não gera pressões inflacionárias. A inflação permaneceu baixa ao longo do ano e as expectativas ancoradas, o que permitiu ao Banco Central iniciar um ciclo de corte de juros que levou a Selic ao menor nível histórico.

A aprovação da Reforma da previdência no congresso foi um marco histórico e representa um importante passo na tentativa da equipe econômica do governo de garantir a sustentabilidade fiscal do país, além de abrir portas para outras reformas que têm potencial de promover alívio nas contas públicas, incentivar contratações, aumentar a produtividade e alavancar investimentos.

Abaixo apresentamos o nosso cenário de referência para as principais variáveis econômicas.

INDICADORES	2019
PIB - %	2,60%
US\$ final - R\$	3,60%
IGPM - %	4,70%
IPCA - %	4,00%
SELIC Fim de Período - %	8,50%
SELIC Média - %	7,32%
Bolsa (130% SELIC Média) - %	11,00%

Fonte: Icatu Fundos de Pensão e IcatuFMP (Data base 11/2018)

Na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, é possível a utilização de cenários de curto prazo para fazer micro alocações (escolha de estratégias ou ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa e etc.) e para fazer alocação tática nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior, dentro dos limites aprovados.

Relatório Resumo das Informações do Demonstrativo de Investimentos

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Icatu Fundo Multipatrocinado acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 4.661, 25 de maio de 2018, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

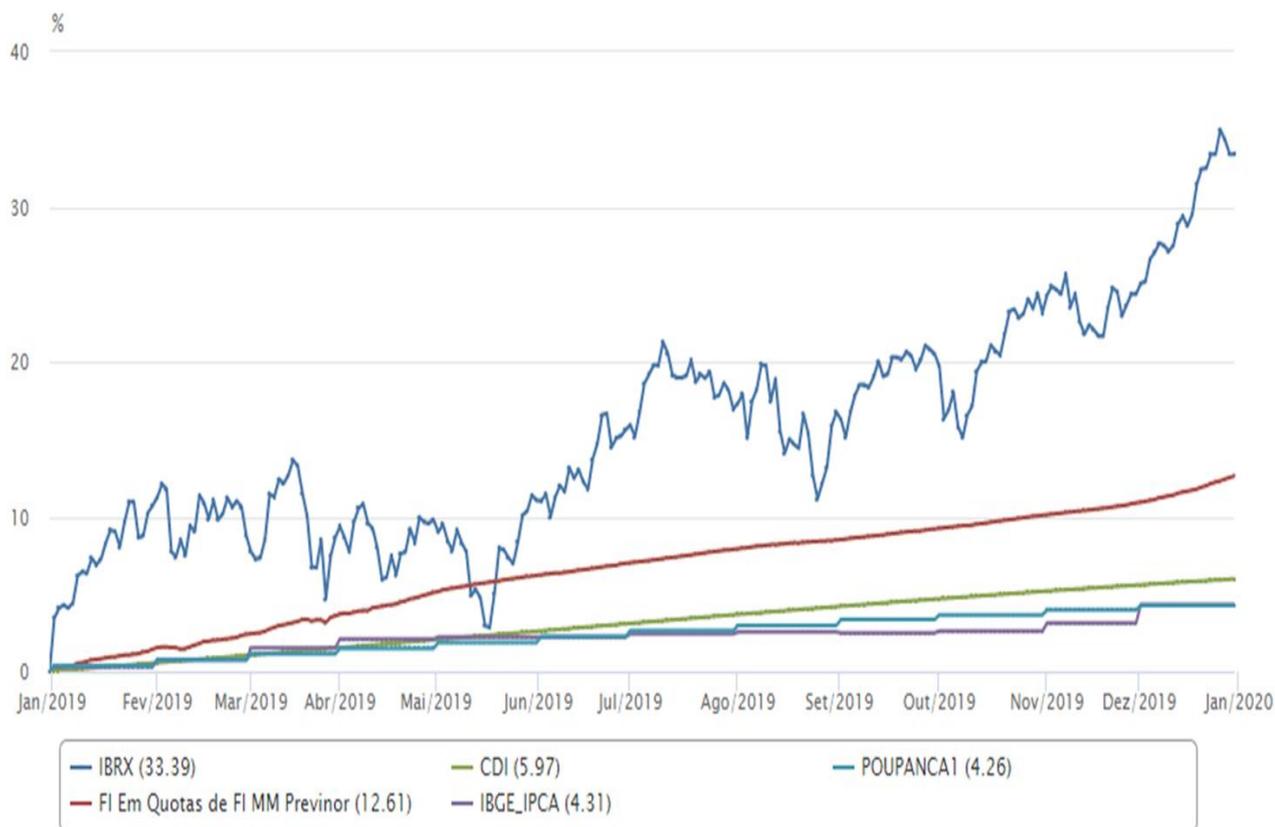
Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Cotas (FIC), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2019 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Plano de Benefícios	2019		2018	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Segmentos				
Renda Fixa	82.328	99,66%	76.551	99,36%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	219	0,27%	256	0,33%
Total dos Investimentos	82.547	99,93%	76.807	99,69%
Disponível	59	0,07%	235	0,31%
Total dos Recursos Garantidores	82.606	100,00%	77.042	100,00%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO ANO

Período de análise: 31/12/2018 a 31/12/2019



Glossário

Balanco Patrimonial: Demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da EFPC em determinada data.

Conselho Deliberativo: Responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios.

Conselho Fiscal: Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria-Executiva.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutações do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações.

Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: Radiografia das aplicações financeiras dos planos de benefícios feitas mensalmente pela EFPC, mas cuja divulgação para participantes e assistidos deve ser anual e integra o Relatório Anual.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração da EFPC e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. São regidos por um regulamento e têm na assembleia geral dos cotistas o seu mecanismo básico de decisões.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: Comentário incluído nas demonstrações financeiras, que visa explicar mais detalhadamente as atividades operacionais, a situação contábil, ou outros fatos financeiros considerados relevantes.

Relatório do Auditor Independente: o Relatório do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem

a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: Documento elaborado pelo atuário no qual certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do plano em determinada data, expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano ou qualquer outro assunto inerente a sua competência.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores do Plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual de Informações: Documento elaborado para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do plano.



IcatuFMP

FALE CONOSCO

IcatuFMP 0800 285 3004

icatusseguros.com.br

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Exclusivo para informações públicas, reclamações
ou cancelamentos de produtos adquiridos por telefone.

SAC IcatuFMP 0800 286 0116